BRASILPREV

BRASILPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ nº 27.665.207/0001-31

www.brasilprev.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS,

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, a Administração da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, bem como do Relatório do Comitê de Auditoria.

CENÁRIO ECONÔMICO E O MERCADO DE PREVIDÊNCIA

Em 2016, a atividade econômica mundial registrou crescimento moderado em relação aos últimos anos. As principais economias mantiveram o mesmo patamar de juros em reflexo ao fraco avanço da atividade e ao baixo nível de inflação.

Nos EUA, a retomada da atividade no segundo semestre permitiu que o Banco Central americano iniciasse um novo ciclo de aperto monetário, com aumento de 0,25 pontos percentuais na Fed Funds. O mercado de trabalho continuou robusto com leve recuperação do nível salarial. No período, os norte-americanos escolheram um novo presidente, Donald Trump. O candidato republicano foi eleito com a promessa de aquecer a atividade econômica por meio de políticas de incentivo no setor fiscal e de elevar o nível de protecionismo no país. A vitória de Trump ocasionou volatilidade no mercado financeiro e, principalmente, nas moedas dos países emergentes.

No cenário doméstico, o crescimento do Brasil continuou frágil em decorrência do crescimento do volume de desempregados, da queda da renda e da postergação de investimentos produtivos. Todavia, no âmbito monetário, o Banco Central iniciou um processo de flexibilização de juros onde permitiu que a taxa Selic fosse reduzida de 14,25% para 13,75% a.a. Adicionalmente, a pressão inflacionária dos últimos anos começou a se dissipar. No ano, o IPCA acumulou alta de 6,29%.

Em relação à política fiscal, o governo federal realizou ações para controlar as despesas primárias visando o equilíbrio das contas públicas no médio prazo. Outras medidas devem tramitar pelo Congresso ao longo de 2017, mantendo o compromisso do governo em ajustar a economia para promoção de um crescimento sustentado nos próximos períodos.

Segundo dados do relatório da Fenaprevi de dezembro de 2016, o mercado de previdência registrou crescimento de 19% em arrecadação total contra o mesmo período de 2015, fortemente impulsionado pelo produto Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), cuja arrecadação alcançou R$ 104,9 bilhões, uma evolução de 22% quando comparada ao exercício passado (R$ 85,8 bilhões). Já o produto Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) arrecadou R$ 8,9 bilhões**.** Os resgates do mercado (PGBL e VGBL) totalizaram R$ 52,0 bilhões até dezembro de 2016, R$ 7,0 bilhões a mais que o valor apresentado em 2015 (R$ 45,1 bilhões).

Em dezembro de 2016, as provisões técnicas da indústria nos produtos PGBL e VGBL atingiram R$ 605,5 bilhões, um incremento de 25% comparado a 2015. Já o total de provisões técnicas, incluindo o produto Tradicional, somou R$ 652,50 bilhões, registrando crescimento de 24% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A BRASILPREV

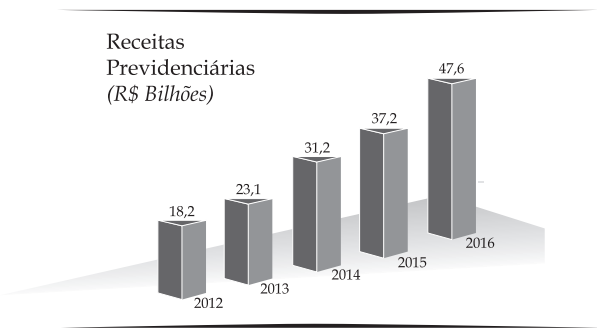
Com sede em São Paulo e 23 anos de existência, a Brasilprev Seguros e Previdência S.A., companhia especialista no setor de previdência privada, tem como missão proporcionar soluções de segurança financeira e serviços de alta qualidade para viabilizar projetos de vida. A empresa conta com a capilaridade da rede de agências do Banco do Brasil para comercializar os seus produtos em todo território nacional. A Brasilprev tem como acionistas o BB Seguros Participações S.A., subsidiária integral da BB Seguridade Participações S.A. que é braço de seguros, capitalização e previdência privada do Banco do Brasil, e o Principal Financial Group, uma das principais instituições financeiras dos Estados Unidos.

Com foco em oferecer planos de previdência privada para pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), a Brasilprev atualmente atende mais de 1,98 milhão de clientes, dos quais 13% fazem parte da carteira de planos empresariais e 87% da carteira de planos individuais - destes, 31% pertencem ao segmento de crianças e adolescentes. A empresa é líder nos indicadores ativos sob gestão PGBL e VGBL, arrecadação e captação líquida.

A companhia vem registrando forte crescimento nos últimos anos acima da média do mercado. Esse desempenho positivo é reflexo, entre outros fatores, de sua eficiente estratégia e administração com visão de longo prazo, unida a uma postura inovadora no desenvolvimento de produtos e serviços, da credibilidade e solidez de seus acionistas e do comprometimento de seus colaboradores.

Abaixo alguns indicadores que comprovam o bom desempenho da Brasilprev no período acumulado até dezembro 2016 em comparação ao mesmo período de 2015:

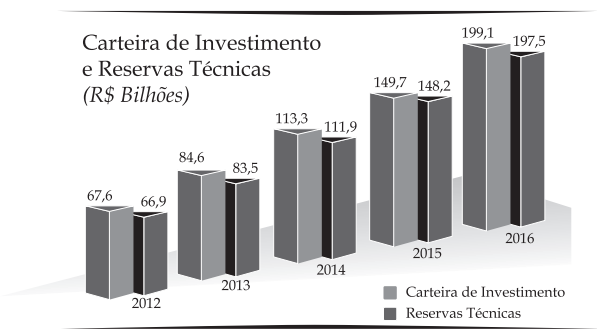
- ✓ As receitas dos planos de previdência atingiram a marca de R$ 47,6 bilhões, representando crescimento de 28,1% frente a 2015, garantindo à empresa o primeiro lugar entre as seguradoras no *ranking* de arrecadação total.



A carteira total de investimentos apresentou crescimento anual de 33,0%, totalizando R$ 199,1 bilhões.

Em relação ao disposto na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, a Brasilprev declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

- ✓ O saldo das reservas técnicas total evoluiu 33,2% em relação ao mesmo período de 2015, totalizando R$ 197,5 bilhões. Quando se comparam os saldos das reservas técnicas com a carteira de investimentos, a disponibilidade da empresa supera em R$ 1,6 bilhão a necessidade de recursos para a cobertura dos eventos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio contratados.

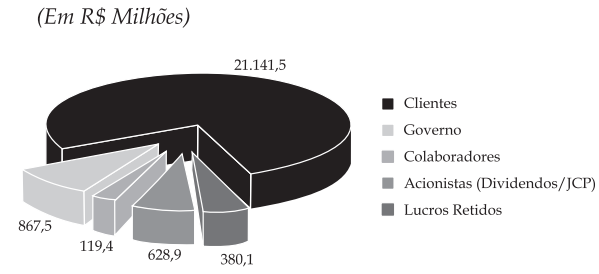


O resultado ajustado acumulado até dezembro 2016 antes dos impostos e participações foi de R$ 1,7 bilhões, um crescimento de 16% em relação ao resultado ajustado antes dos impostos e participações do mesmo período de 2015.

O lucro líquido ajustado acumulado até dezembro de 2016 atingiu R$ 1,0 bilhão, uma evolução de 17% frente ao lucro líquido ajustado apresentado no mesmo período de 2015, que foi de R$ 861 milhões (o lucro líquido com os efeitos extraordinários da reversão de provisões técnicas foi de R$ 1,2 bilhões).

As políticas de reinvestimento dos lucros e de distribuição de dividendos estão definidas no estatuto da companhia e são deliberadas em Assembleia Geral, sendo distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício.

A riqueza gerada pelas operações da Brasilprev com base nos resultados obtidos até dezembro de 2016 foi distribuída conforme gráfico apresentado a seguir:



PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Dentre os principais reconhecimentos da Brasilprev no período, estão:

- ✓ **150 Melhores Empresas Para Você Trabalhar:** publicada no Guia Você S/A, da revista Exame.
- ✓ **As Marcas Mais Admiradas:** pela sexta vez a Brasilprev conquistou o 1º lugar no *ranking* do segmento de previdência privada no prêmio As Marcas Mais Admiradas. Realizada pela agência de pesquisas de mercado Officina Sophia, o levantamento é feito com base na opinião de mais de 1.100 executivos e resulta em um *ranking* de empresas de 48 setores.
- ✓ **II Anuário Inovação Brasil:** pela segunda vez consecutiva a companhia figurou na publicação, desta vez a Brasilprev foi listada como a quinta empresa mais inovadora do segmento de Seguros e Planos de Saúde, realizado pelo Valor Econômico em parceria com a consultoria Strategy&.
- ✓ **Prêmio Segurador Brasil:** a empresa foi a vencedora na categoria Líder de Mercado – Previdência Privada. A premiação é promovida pela Editora Brasil Notícias e reúne as principais lideranças dos setores de Seguros, Previdência, Capitalização e Saúde para reconhecer as melhores performances do mercado segurador.
- ✓ **Marcas de Quem Decide**: a Brasilprev foi, pela 14ª vez consecutiva, escolhida a marca preferida do segmento de previdência privada no estado do Rio Grande do Sul. Nesta edição, a companhia também foi eleita como a marca mais lembrada pelos gaúchos.
- ✓ **300 Melhores Fornecedores para RH:** a companhia foi listada no *ranking*, realizado pela editora Gestão e RH, que avalia os serviços oferecidos no setor benefícios.
- ✓ A Central de Relacionamento com o cliente da Brasilprev foi recertificada pela ISO 9001/2015 e renovou o Selo de Ética e da Norma de Maturidade de Gestão do Probare, por meio da auditoria realizada pela Fundação Vanzolini.
- ✓ **Prêmio Ouvidorias Brasil 2016:** a empresa foi reconhecida nesse Prêmio, que é uma iniciativa da Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente (ABRAREC), com o apoio da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman (ABO), da Ouvidoria Geral da União (OGU) e do Grupo Padrão.
- ✓ **XIX Prêmio Nacional de Qualidade de Vida:** a Brasilprev conquistou a primeira colocação no prêmio, que visa reconhecer as melhores práticas voltadas a saúde, segurança e bem estar dos colaboradores da companhia, realizado pela Associação Brasileira de Qualidade de Vida, a ABQV®.
- ✓ **Prêmio Abrasca Relatório Anual:** a companhia foi condecorada com o primeiro lugar na premiação, realizada pela Associação Brasileira das Companhias Abertas, na categoria empresa fechada grupo 1 (receita líquida igual ou acima de R$ 1 bilhão).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pelo apoio e confiança que depositam em nossa administração, aos fornecedores pelo suporte fundamental que nos provêm, à rede do Banco do Brasil pela dedicação na distribuição de nossos produtos, ao Principal Financial Group pelo constante apoio técnico, experiência e visão global dos negócios, e aos nossos colaboradores pelo indispensável comprometimento e empenho na conquista de resultados cada vez melhores.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2017.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

A T I V O	31.12.2016	31.12.2015
Circulante	**189.758.554**	**140.183.228**
Disponível (nota 3b)	12	14
Caixa e bancos	12	14
Aplicações (nota 5)	189.218.622	139.790.522
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.506	1.940
Prêmios a receber	1.506	1.940
Créditos das operações com previdência complementar	136	562
Créditos de resseguros	136	562
Títulos e créditos a receber	24.518	27.000
Títulos e créditos a receber	21.154	19.758
Créditos tributários e previdenciários (nota 17)	1.432	6.176
Outros créditos	1.932	1.066
Despesas antecipadas	1.265	34
Custos de aquisição diferidos (nota 14)	512.495	363.156
Seguros	489.254	346.623
Previdência	23.241	16.533
Ativo não circulante	**11.440.321**	**11.190.428**
Realizável a longo prazo	11.228.129	10.992.993
Aplicações (nota 5)	9.928.472	9.951.363
Títulos e créditos a receber	546.034	479.190
Créditos tributários e previdenciários (nota 17)	27.565	29.101
Depósitos judiciais e fiscais (nota 15)	518.469	450.089
Custos de aquisição diferidos (nota 14)	753.623	562.440
Seguros	724.806	541.951
Previdência	28.817	20.489
Imobilizado (nota 7)	24.843	16.414
Bens móveis	11.000	8.697
Outras imobilizações	13.843	7.717
Intangível (nota 8)	187.349	181.021
Outros intangíveis	187.349	181.021
Total ativo	**201.198.875**	**151.373.656**

P A S S I V O	31.12.2016	31.12.2015
Circulante	**27.682.731**	**18.393.348**
Contas a pagar	545.144	187.164
Obrigações a pagar	44.281	43.875
Impostos e encargos sociais a recolher (nota 9)	137.956	88.426
Encargos trabalhistas	10.205	8.903
Impostos e contribuições (nota 10)	352.702	45.960
Débitos de operações com seguros e resseguros	13.785	8.447
Corretores de seguros e resseguros	13.785	8.447
Débitos de operações com previdência complementar	3.203	3.343
Débitos de resseguros	715	559
Outros débitos operacionais	2.488	2.784
Depósitos de terceiros (nota 11)	44.678	22.564
Provisões técnicas - seguros (nota 14)	21.814.915	14.028.400
Vida com cobertura por sobrevivência	21.814.915	14.028.400
Provisões técnicas - previdência complementar (nota 14)	5.261.006	4.143.430
Planos não bloqueados	5.261.006	4.143.430
Passivo não circulante	**171.115.920**	**130.557.070**
Provisões técnicas - seguros (nota 14)	135.455.160	98.748.007
Vida com cobertura por sobrevivência	135.455.160	98.748.007
Provisões técnicas - previdência complementar (nota 14)	35.002.477	31.326.917
Planos não bloqueados	35.002.477	31.326.917
Outros débitos (nota 15)	658.283	482.146
Provisões judiciais	658.283	482.146
Patrimônio líquido (nota 12)	**2.400.224**	**2.423.238**
Capital social	1.193.540	943.417
Reservas de lucros	1.207.128	1.481.391
Ajustes de avaliação patrimonial	(444)	(1.570)
Total passivo e patrimônio líquido	**201.198.875**	**151.373.656**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	31.12.2016	31.12.2015
Rendas de contribuições e prêmios	**47.422.678**	**36.963.627**
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder	(47.216.260)	(36.785.382)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	206.418	178.245
(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas	1.957.380	1.555.048
(-) Variação de outras provisões técnicas	(54.600)	455.922
(-) Benefícios retidos	(80.287)	(54.184)
(-) Custos de aquisição (nota 16a)	(467.471)	(399.020)
(+) Outras receitas e despesas operacionais (nota 16b)	(16.942)	(14.625)
(+) Contribuições para cobertura de riscos	198.270	199.242
(+/-) Variação das provisões técnicas de prêmios	2.478	(1.907)
(=) Prêmios ganhos	**200.748**	**197.335**
(-) Sinistros ocorridos	(13.349)	(11.148)
(-) Custo de aquisição (nota 16a)	(1)	(13)
(-) Outras receitas e despesas operacionais (nota 16b)	(16.882)	(13.635)
(-) Despesas administrativas (nota 16c)	(353.183)	(318.547)
(-) Despesas com tributos (nota 16d)	(159.894)	(153.161)
(+) Resultado financeiro (nota 16e)	508.568	538.510
(=) Resultado operacional	**1.710.505**	**1.960.727**
(+) Ganhos e perdas com ativos não correntes	(709)	21
(=) Resultado antes dos impostos e participações	**1.709.796**	**1.960.748**
(-) Imposto de renda (nota 17)	(374.961)	(472.473)
(-) Contribuição social (nota 17)	(313.351)	(319.950)
(-) Participações sobre o resultado	(12.441)	(12.859)
(=) Lucro líquido do exercício	1.009.043	1.155.466
Quantidade de ações	2.290.080	2.290.080
Lucro líquido por ação - R$	**440,62**	**504,55**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	31.12.2016	31.12.2015
Lucro líquido do exercício	1.009.043	1.155.466
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	1.877	(3.807)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(751)	1.523
Resultado abrangente	**1.126**	**(2.284)**
Resultado abrangente total	**1.010.169**	**1.153.182**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 23 de fevereiro de 2017 às 01:47:26.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de lucros - Legal	Reserva de lucros - Estatutária	Ajuste de títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**602.955**	**-**	**120.591**	**1.207.642**	**714**	**-**	**1.931.902**
Aumento de capital em aprovação - AGO/E de 31/03/2015	-	340.462	-	(340.462)	-	-	-
Aumento de capital aprovado pela SUSEP através da Portaria SUSEP/Nº 1.270 de 14/10/2015	340.462	(340.462)	-	-	-	-	-
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(2.284)	-	(2.284)
Dividendos pagos	-	-	-	(179.387)	-	-	(179.387)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.155.466	1.155.466
Proposta para distribuição do lucro líquido							
Reserva legal	-	-	57.773	-	-	(57.773)	-
Reserva estatutária	-	-	-	615.234	-	(615.234)	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(482.459)	(482.459)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**943.417**	**-**	**178.364**	**1.303.027**	**(1.570)**	**-**	**2.423.238**
Aumento de capital em aprovação - AGO/E de 24/02/2016	-	250.123	-	(250.123)	-	-	-
Aumento de capital aprovado pela SUSEP através da Portaria SUSEP/Nº 19 de 06/07/2016	250.123	(250.123)	-	-	-	-	-
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	1.126	-	1.126
Dividendos pagos	-	-	-	(648.816)	-	-	(648.816)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.009.043	1.009.043
Proposta para distribuição do lucro líquido							
Reserva legal	-	-	50.452	-	-	(50.452)	-
Reserva estatutária	-	-	-	574.224	-	(574.224)	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(230.942)	(230.942)
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	-	(153.425)	(153.425)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**1.193.540**	**-**	**228.816**	**978.312**	**(444)**	**-**	**2.400.224**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Atividades operacionais	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Lucro líquido do exercício	1.009.043	1.155.466
Ajustes para:		
Depreciação	4.668	3.814
Despesas antecipadas	11.966	4.995
Custos de aquisição diferidos	340.522	231.164
Amortização de ativos intangíveis	17.232	17.819
Ganho ou perda na alienação de imobilizado	709	(21)
Lucro líquido ajustado do exercício	**1.384.140**	**1.413.237**
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(49.405.209)	(36.427.162)
Créditos das operações de seguros e resseguros	860	(854)
Ativos de resseguro	-	195
Créditos fiscais e previdenciários	6.280	(7.610)
Despesas antecipadas	(13.197)	(4.986)
Outros ativos	(683.306)	(464.779)
Depósitos judiciais e fiscais	(68.380)	(153.205)
Fornecedores e outras contas a pagar	406	18.856
Impostos e contribuições	543.503	767.682
Débitos de operações com seguros e resseguros	5.338	1.493
Débitos das operações com previdência complementar	(140)	200
Depósitos de terceiros	22.114	(14.023)
Provisões técnicas - Seguros e resseguros	44.493.668	32.330.251
Provisões técnicas - Previdência complementar	4.793.136	3.994.908
Provisões judiciais	176.137	147.102
Outros passivos	50.832	31.564
Tributos diferidos - ajuste valor justo ativos financeiros	1.126	(2.284)
Caixa (consumido) / gerado pelas operações	**(76.832)**	**217.348**
Imposto de renda sobre o lucro pago	(112.764)	(570.505)
Contribuição de renda sobre o lucro pago	(123.997)	(327.790)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**1.070.547**	**732.290**
Atividade de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	595	211
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(14.402)	(4.226)
Intangível	(23.559)	(25.041)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(37.366)**	**(29.056)**
Atividade de financiamento		
Dividendos pagos	(879.758)	(703.242)
Juros sobre capital próprio pagos	(153.425)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(1.033.183)**	**(703.242)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2)	(8)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	14	22
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	12	14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (doravante denominada por "Brasilprev" ou "Companhia") é uma empresa autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar com seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de benefícios de caráter previdenciário em todo território nacional. A Companhia é uma associação com gestão compartilhada entre o Grupo Banco do Brasil (49,99% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais) e o Principal Financial Group (50,01% das ações ordinárias).

A Companhia inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob nº 27.665.207/0001 - 31, tem sede na Rua Alexandre Dumas, nº 1.671 - Chácara Santo Antônio - São Paulo, SP - Brasil.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 8 de fevereiro de 2017.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R$). Essa é a moeda do ambiente econômico em que a Companhia opera.

c) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R$), arredondados em milhares, exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

d) Circulante e não circulante

Mensalmente a Companhia efetua a revisão dos valores inscritos no ativo e no passivo circulante, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data - base. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores inscritos no ativo/passivo circulante.

As Provisões Técnicas foram segregadas entre circulante e não circulante de acordo com os critérios indicados na nota 3k.

e) Classificação dos contratos de seguros

A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define - se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá - lo de forma adversa.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Apuração do resultado

É apurado pelo regime de competência, que no caso das receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, corresponde ao seu efetivo recebimento, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais são registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independentemente do seu recebimento. A receita de prêmios de seguros de riscos a decorrer é diferida pelo prazo de vigência das apólices de seguros, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos, com base nos riscos vigentes.

As rendas com taxa de gestão negociadas com os participantes, são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente entre as partes e apropriadas ao resultado pelo regime de competência, obedecendo a data de fechamento do patrimônio líquido dos fundos.

As receitas com taxa de carregamento negociadas com os participantes são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente e apropriadas ao resultado, obedecendo a data de ingresso ou saída do participante nos planos contratados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

A Brasilprev define como caixa e equivalentes de caixa, as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), considerados no balanço patrimonial na rubrica de "Disponível" e as aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e de vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidores.

c) Aplicações

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, determinada no reconhecimento inicial. As categorias são as seguintes:

I. Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

II. Títulos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com a maturidade do título e são avaliados pelo seu valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data - base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos.

De acordo com a regulamentação aplicável, os títulos que compõem as carteiras dos fundos exclusivos são classificados nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" ou "mantidos até o vencimento", segundo instruções emitidas pelo cotista exclusivo ao Administrador dos fundos.

III. Títulos disponíveis para venda

Ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma das definições já citadas. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com a maturidade do título. Os ajustes decorrentes de variações do valor justo, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são contabilizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

d) Análise do valor recuperável de ativos financeiros *(impairment)*

A Brasilprev avalia a cada data de publicação do balanço, se os ativos estão deteriorados ou "impaired", tomando por base se o emissor ou devedor possui histórico de perdas e inadimplência, se é provável que a contraparte entre em concordata ou falência, ou não esteja cumprindo com os termos contratuais. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa, que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado, é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

e) Instrumentos financeiros derivativos - Contratos de futuros

Os ajustes diários, positivos ou negativos, das operações no mercado futuro de taxa de juros e índice IBOVESPA são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas financeiras".

f) Custos de aquisição diferidos

São compostos por montantes referentes a comissões e agenciamentos relativos a comercialização de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência. Esses montantes são diferidos por ocasião da emissão do contrato ou apólice e apropriados ao resultado, de forma linear, pelo prazo médio de expectativa de retorno do produto (36 e/ou 48 meses para planos de PGBL/VGBL e 12 meses para os planos tradicionais).

g) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

Depreciação do imobilizado

- Bens móveis, equipamentos de informática e veículos: calculada pelo método linear, com base no custo histórico e depreciado às seguintes taxas anuais: bens móveis - 10% e equipamentos de informática e veículos - 20%.
- Benfeitorias em imóveis de terceiros: calculada pelo método linear, com base no custo histórico e prazo em conformidade com a vigência do contrato de locação do imóvel.

h) Intangível

Licenças de software e desenvolvimento de sistemas (projetos) adquiridos, são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e desenvolver projetos, e fazer com que eles estejam prontos para utilização. Esses custos são amortizados pelo método linear, durante o período de cinco anos.

O intangível com vida útil definida é amortizado pelo método linear por 5 anos para montante atribuível a carteira, considerando sua projeção, e de 21 anos para o montante derivado da potencialidade de comercialização de produtos de previdência da Brasilprev na rede de agências do Banco Nossa Caixa. Tais agências já foram incorporadas pelo Banco do Brasil.

O teste de *impairment* é realizado para a data - base de balanço anual com o objetivo de testar o valor total pago frente ao seu valor de recuperação.

i) Passivos circulante e não circulante

Representados por passivos financeiros, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em bases "pro rata" die) incorridas até a data - base das demonstrações financeiras.

j) Resseguro

A Brasilprev mantém contrato de resseguro com cobertura de catástrofe das carteiras de morte e invalidez com a RGA Global Reinsurance Company e Terra Brasis Resseguros S.A., com 60% e 40% de participação do risco, respectivamente. O contrato de excedente de responsabilidade das carteiras de morte e invalidez foi contratado com a Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. Os percentuais ressegurados em relação ao total das carteiras são respectivamente, 2,42% e 3,09%. A Munich Re e a Terra Brasis estão classificadas como resseguradora local e a RGA como resseguradora admitida, e apresentam *rating* AA - , brA e AA - , respectivamente.

k) Provisões técnicas

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais e normas estabelecidas pelo CNSP e SUSEP.

As provisões matemáticas relacionadas a planos de previdência representam o valor das obrigações sob a forma de renda por sobrevivência, renda por invalidez, pensão e pecúlio, determinadas mediante cálculos e premissas atuariais, efetuados de acordo com Notas Técnicas Atuariais e com a Regulamentação Vigente (Resolução CNSP Nº 321/2015 e alterações e Circular SUSEP Nº 517/2015 e alterações), nos regimes financeiros de capitalização, repartição de capitais de cobertura e repartição simples, respectivamente. A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) refere - se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foram iniciados e a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) refere - se àqueles já em gozo de benefícios.

Para os planos de previdência e seguros das modalidades PGBL e VGBL, a provisão matemática de benefícios a conceder representa o montante dos prêmios e contribuições aportados pelos participantes, líquido da taxa de carregamento e gestão, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos na aplicação dos recursos e deduzidos dos resgates e portabilidades realizados.

Para os planos tradicionais, a provisão matemática de benefícios a conceder representa o montante das contribuições aportadas pelos participantes, líquido da taxa de carregamento, acrescido de juros e correção monetária garantidos conforme contrato e deduzidos dos resgates e portabilidades realizados.

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG), é calculada "pro - rata die" em função dos riscos vigentes, bruta de resseguro e carregamento.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL), é constituída pelo total dos sinistros e benefícios já avisados e ainda não regularizados até a data do balanço.

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), é constituída com base na observação do comportamento histórico dos avisos de sinistros dos últimos 36 meses sendo bruta de resseguro.

A provisão complementar de cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência das provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação do Passivo, descrito na nota 3l.

A provisão de excedentes financeiros (PEF) corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, repassado anualmente aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro.

As constituições e reversões da provisão de excedente financeiro, bem como os encargos financeiros creditados às provisões técnicas são apresentados na rubrica "Resultado financeiro".

A provisão de despesas relacionadas (PDR), é constituída para o custeio das despesas referentes ao pagamento de benefícios tanto dos participantes já em fase de concessão de benefícios quanto daqueles que atingirão esta condição.

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) correspondente aos valores a serem regularizados junto aos clientes.

A classificação do passivo em circulante e não circulante segue critérios diferentes de acordo com a finalidade de cada provisão. A provisão de benefícios a conceder segue a expectativa de fluxos de resgates e conversão de recursos em renda. A provisão de benefícios concedidos segue a expectativa de pagamento de benefício aos assistidos. A provisão de excedente financeiro é constituída para suportar obrigações cujo vencimento é superior a 1 ano. As demais provisões visam cobrir compromissos de curto prazo, ou seja, até 1 ano.

l) Teste de adequação dos passivos (LAT - *Liability Adequacy Test*)

Conforme requerido pelo CPC 11, e seguindo as regras e procedimentos instituídos pela Circular SUSEP nº 517/2015. Semestralmente a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data - base do cálculo. Este teste é elaborado considerando - se como valor líquido contábil de todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11 e a referida Circular, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros.

Para a realização do teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração.

A metodologia utilizada considera as melhores estimativas correntes dos fluxos de caixa de todos os riscos assumidos até a presente data - base sendo brutos de resseguro, segregados em fluxos de prêmios e contribuições registradas e futuras, com as seguintes premissas:

- Prêmios e contribuições futuras, conversão em renda, resgates, despesas com pagamentos de benefícios futuros e cancelamentos baseados nas melhores práticas e análise da experiência histórica da Companhia com o período máximo de 3 anos; e
- Mortalidade e sobrevivência conforme o estipulado na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, pelas tábuas biométricas BR - EMS (construídas com a experiência do mercado segurador brasileiro), incrementadas pela melhoria contínua da expectativa de vida;

Os fluxos de caixas projetados são trazidos a valor presente segundo a Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETTJ alternativa de extrapolação denominada "*Ultimate Forward Rate* - UFR", aprovada pela SUSEP, conforme as respectivas garantias oferecidas nos contratos em vigor, e para a identificação de possíveis insuficiências são comparados com os valores contábeis dos passivos e ativos intangíveis.

O teste de adequação de passivo realizado para a data - base de 31 de dezembro de 2016 apresentou insuficiência total no montante de R$ 407 milhões. Esta insuficiência foi integralmente compensada pela diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos classificados como "mantidos até o vencimento", utilizados na cobertura dos respectivos passivos, que perfaz o montante de R$ 1.645 milhões, conforme faculdade prevista no § 2º e no § 3º do art. 52 da Circular SUSEP nº 517 de 2015.

m) Contingências ativas e passivas

As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis. Os detalhes relativos aos principais processos judiciais estão descritos na nota explicativa nº 15.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que sua realização de ganho seja considerada certa.

n) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - *(Impairment)*

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por *impairment*, quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período.

Continua...

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 23 de fevereiro de 2017 às 01:47:27.

De acordo com a política da Companhia, o teste de *impairment* é realizado anualmente considerando:

(i) Carteira de Clientes que possuíam planos de previdência na antiga Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência e;

(ii) Exploração dos pontos de venda, representadas pelas agências do antigo Banco Nossa Caixa, nas quais são comercializados planos de previdência da Brasilprev.

O resultado do teste não indicou evidências de perda por *impairment*.

o) Imposto de renda e contribuição social

Sobre o lucro do exercício, ajustado nos termos previstos na legislação fiscal, incidem o imposto de renda à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável do ano excedente a R$ 240, e a contribuição social à alíquota de 15% até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015, conforme Lei 13.169/2015 e Instrução Normativa nº 1.591/2015. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

p) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra - se a IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

A IFRS 15 - Receita de contratos com clientes, substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

4 PRINCIPAIS JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS

Uso de estimativa e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no período a findar - se em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Aplicações;
- Nota 14 - Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos;
- Nota 15 - Provisões judiciais; e
- Nota 17 - Créditos tributários e previdenciários.

5 APLICAÇÕES

	31.12.2016				31.12.2015			
Valor justo por meio do resultado	**Valor de custo atualizado**	**Valor justo**	**Ajuste a valor justo**	**%**	**Valor de custo atualizado**	**Valor justo**	**Ajuste a valor justo**	**%**
	186.140.425	**188.495.168**	**2.354.743**	**94,65**	**142.339.090**	**139.775.529**	**(2.563.561)**	**93,34**
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	**981.671**	**991.167**	**9.496**	**0,49**	**714.236**	**699.407**	**(14.829)**	**0,45**
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	20.353	19.862	(491)	0,01	21.083	21.083	-	0,01
Contratos DI Futuro	(34)	(34)	-	0,00	162	162	-	-
Debêntures	5.840	5.363	(477)	0,00	5.481	4.694	(787)	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	183.418	191.260	7.842	0,10	119.874	110.378	(9.496)	0,07
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	80.074	79.947	(127)	0,04	-	-	-	-
Letras Hipotecárias (LH)	45.800	47.045	1.245	0,02	43.629	43.868	239	0,03
Nota do Tesouro Nacional (NTN - C)	23.604	23.532	(72)	0,01	21.878	22.047	169	0,01
Nota do Tesouro Nacional (NTN - F)	72.671	74.200	1.529	0,04	33.714	28.711	(5.003)	0,02
Operação Compromissada	556.427	556.427	-	0,28	473.931	473.931	-	0,32
Cotas de FDIC	5.000	5.047	47	0,00	5.000	5.049	49	-
Outros (*)	(11.482)	(11.482)	-	(0,01)	(10.516)	(10.516)	-	(0,01)
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	**184.918.443**	**187.285.396**	**2.366.953**	**94,05**	**141.373.914**	**138.845.819**	**(2.528.095)**	**92,73**
Ações (**)	1.142.217	1.142.217	-	0,57	1.190.543	1.190.543	-	0,80
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	-	0,00	187.162	187.301	139	0,13
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	3.805	3.804	(1)	0,00	4.236	4.236	-	-
Contratos DI Futuro	(10.930)	(10.930)	-	(0,01)	16.697	16.697	-	0,01
Contratos Futuros de Ibovespa	645	645	-	0,00	(670)	(670)	-	-
Debêntures	4.400.133	4.234.260	(165.873)	2,13	5.219.142	5.092.823	(126.319)	3,40
Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	15.024	15.078	54	0,01	65.355	65.465	110	0,04
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	38.956.658	40.230.777	1.274.119	20,20	26.684.179	25.482.547	(1.201.632)	17,02
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	73.119.491	72.956.925	(162.566)	36,65	49.102.219	49.108.065	5.846	32,80
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	19.273.579	19.712.523	438.944	9,90	10.979.256	10.510.716	(468.540)	7,02
Nota do Tesouro Nacional (NTN - F)	25.476.956	26.568.810	1.091.854	13,34	7.246.800	6.622.182	(624.618)	4,42
Operação Compromissada	6.106.460	6.106.460	-	3,07	22.012.849	22.012.849	-	14,70
Cotas de FDIC	580.523	384.004	(196.519)	0,19	866.723	738.717	(128.006)	0,49
Nota Promissória (NP)	18.560	18.560	-	0,01	-	-	-	-
Letra Financeira (LF)	15.830.957	15.917.898	86.941	7,99	17.785.859	17.800.544	14.685	11,89
Outros (*)	4.365	4.365	-	0,00	13.564	13.804	240	0,01
Carteira própria	**240.311**	**218.605**	**(21.706)**	**0,11**	**250.940**	**230.303**	**(20.637)**	**0,16**
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	71.418	64.401	(7.017)	0,03	71.590	71.590	-	0,05
Letras Hipotecárias (LH)	168.893	154.204	(14.689)	0,08	164.456	143.804	(20.652)	0,10
Letra Financeira (LF)	-	-	-	0,00	14.894	14.909	15	0,01
Disponível para venda	**42.825**	**42.084**	**(741)**	**0,02**	**39.458**	**36.841**	**(2.617)**	**0,02**
Carteira própria	**42.825**	**42.084**	**(741)**	**0,02**	**39.458**	**36.841**	**(2.617)**	**0,02**
Debêntures	42.825	42.084	(741)	0,02	39.458	36.841	(2.617)	0,02
Mantidos até o vencimento (***)	**10.609.842**	**12.617.811**	**-**	**5,33**	**9.929.515**	**10.725.245**	**-**	**6,64**
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	**6.459.515**	**7.580.390**	**-**	**3,24**	**6.056.197**	**6.449.352**	**-**	**4,04**
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	-	0,00	14.994	14.992	-	0,01
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	2.438.348	2.908.361	-	1,22	2.284.222	2.238.371	-	1,53
Nota do Tesouro Nacional (NTN - C)	3.938.524	4.586.242	-	1,98	3.675.727	4.120.898	-	2,45
Nota do Tesouro Nacional (NTN - F)	82.643	85.787	-	0,04	81.254	75.091	-	0,05
Carteira própria	**4.150.327**	**5.037.421**	**-**	**2,09**	**3.873.318**	**4.275.893**	**-**	**2,60**
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	1.674.200	1.849.896	-	0,84	1.569.178	1.424.811	-	1,05
Nota do Tesouro Nacional (NTN - C)	2.476.127	3.187.525	-	1,25	2.304.140	2.851.082	-	1,55
Total das aplicações	**196.793.092**	**201.155.063**	**2.354.002**	**100,00**	**152.308.063**	**150.537.615**	**(2.566.178)**	**100,00**

(*) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos

(**) O valor de custo atualizado das ações está representado pelo valor justo

(***) A mais valia correspondente ao valor justo dos títulos mantidos até o vencimento monta a R$ 2.007.969 (R$ 795.730 em 2015)

Valor justo

O valor justo das quotas de Fundos de Investimento Financeiro, foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Companhia aplica seus recursos.

Os títulos públicos federais, classificados como "Mantidos até o Vencimento", foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Para fins de divulgação apresentamos o valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Instituições do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA). A diferença entre o valor justo e o valor contábil desses ativos na data - base de 31 de dezembro de 2016 é de R$ 2.007.969 (R$ 795.730 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R$ 1.644.839 referem - se a ativos garantidores de provisões técnicas.

Os títulos públicos federais, classificados como "valor justo por meio do resultado", foram contabilizados utilizando - se as cotações fornecidas pela ANBIMA.

Os demais instrumentos financeiros privados, classificados como disponíveis para venda e valor justo por meio do resultado são apurados em consonância com a Instrução CVM nº 438/2006 e alterações, recomendações do Código de Auto - Regulamentação da ANBIMA e com o manual de precificação do Administrador dos instrumentos financeiros, a saber:

a) Debêntures: Com relação aos títulos divulgados na Tabela da ANBIMA, utilizam - se as cotações fornecidas por esta instituição. As demais debêntures são mensuradas por meio de metodologia própria - marked to model - com base nas cotações de negócios realizados e divulgados no Sistema Nacional de Debêntures - SND. Para fins de valor justo e como alternativa à ausência de negócios significativos, utilizam - se as cotações dos últimos 21 negócios efetivos divulgados pelo SND.

b) Ativos Pós - Fixados Indexados à Taxa SELIC ou DI - CDB: Devido a ausência de um mercado secundário ativo, foi desenvolvido um modelo de marcação a mercado dos CDBs que utiliza como base e parâmetros os negócios efetivados nos últimos 15 dias nos fundos de investimento da BB Gestão de Recursos DTVM S.A., leilões e/ou consultas efetuadas no mercado e emissões primárias registradas na CETIP.

c) DPGE Pós - Fixados - indexados à Taxa SELIC ou DI: Devido à ausência de um mercado secundário ativo que forneça volume, taxa e emissor, utiliza - se o modelo de marcação a mercado do Administrador. Para os títulos que suas taxas estejam dentro do intervalo de confiança, estes são marcados a mercado pela própria taxa de contratação ou pela última taxa de marcação a mercado utilizada.

d) Letras Hipotecárias - LH: Para o cálculo de marcação a mercado utilizam - se os cupons de juros a serem pagos na data e a taxa interna de retorno, em base de dias corridos entre a data do cálculo e a data do pagamento.

Movimentação das aplicações financeiras

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial do exercício	**149.741.885**	**113.314.723**
Aplicações	71.159.298	59.925.019
Resgates	(43.431.442)	(37.901.443)
Receita financeira	21.650.082	14.384.303
Outros (*)	27.271	19.283
Saldo final do exercício	**199.147.094**	**149.741.885**

(*) Representam movimentações de caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos.

Detalhamento das aplicações por vencimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os vencimentos dos títulos estão distribuídos da seguinte forma:

	31.12.2016				
	Sem vencimento definido ou até 1 mês	**Até 12 meses**	**De 1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	**574.084**	**694.582**	**479.672**	**5.702.344**	**7.450.682**
Nota do Tesouro Nacional (NTN - C)	-	694.577	166.841	3.100.638	3.962.056
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	-	-	-	2.438.348	2.438.348
Operação Compromissada	556.427	-	-	-	556.427
Letras Hipotecárias (LH)	-	-	47.045	-	47.045
Nota do Tesouro Nacional (NTN - F)	29.144	-	69.176	58.523	156.843
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	191.260	-	191.260
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	-	-	79.947	79.947
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	343	19.519	19.862
Debêntures	-	-	-	5.363	5.363
Contratos DI Futuro	-	-	(40)	6	(34)
Cotas de FDIC	-	-	5.047	-	5.047
Outros (*)	(11.487)	5	-	-	(11.482)
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	**10.224.881**	**9.742.943**	**122.159.699**	**45.157.873**	**187.285.396**
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	-	1.702.695	10.381.899	7.627.929	19.712.523
Operação Compromissada	6.106.460	-	-	-	6.106.460
Nota do Tesouro Nacional (NTN - F)	419.310	-	6.808.212	19.341.288	26.568.810
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	-	55.129.657	17.827.268	72.956.925
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	656.666	2.476.956	37.097.155	-	40.230.777
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	1.141	2.663	3.804
Debêntures	-	627.912	3.247.009	359.339	4.234.260
Ações	1.142.217	-	-	-	1.142.217
Cotas de FDIC	-	90.774	293.230	-	384.004
Letra Financeira (LF)	1.877.307	4.828.879	9.211.712	-	15.917.898
Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	-	15.078	-	-	15.078
Nota Promissória (NP)	18.560	-	-	-	18.560
Contratos Futuros de Ibovespa	-	645	-	-	645
Contratos DI Futuro	-	-	(10.316)	(614)	(10.930)
Outros (*)	4.361	4	-	-	4.365
Carteira própria	**-**	**23.265**	**636.004**	**3.751.747**	**4.411.016**
Nota do Tesouro Nacional (NTN - C)	-	23.265	481.800	1.971.062	2.476.127
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	-	-	-	1.674.200	1.674.200
Letras Hipotecárias (LH)	-	-	154.204	-	154.204
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	64.401	64.401
Debêntures	-	-	-	42.084	42.084
Total de aplicações	**10.798.965**	**10.460.790**	**123.275.375**	**54.611.964**	**199.147.094**

	31.12.2015				
	Sem vencimento definido ou até 1 mês	**Até 12 meses**	**De 1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	**478.404**	**5**	**774.792**	**5.502.403**	**6.755.604**
Nota do Tesouro Nacional (NTN - C)	-	-	629.612	3.068.162	3.697.774
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	-	-	-	2.284.222	2.284.222
Operação Compromissada	473.931	-	-	-	473.931
Letras Hipotecárias (LH)	-	-	-	43.868	43.868
Nota do Tesouro Nacional (NTN - F)	-	-	28.710	81.255	109.965
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	14.994	-	110.378	-	125.372
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	972	20.111	21.083
Debêntures	-	-	-	4.694	4.694
Contratos DI Futuro	-	-	71	91	162
Cotas de FDIC	-	-	5.049	-	5.049
Outros (*)	(10.521)	5	-	-	(10.516)
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	**32.190.274**	**14.326.320**	**38.554.442**	**53.774.783**	**138.845.819**
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	-	1.859.834	4.865.713	3.785.169	10.510.716
Operação Compromissada	22.012.849	-	-	-	22.012.849
Nota do Tesouro Nacional (NTN - F)	-	-	2.859.210	3.762.972	6.622.182
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	-	3.377.899	45.730.166	49.108.065
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	107.059	80.242	-	-	187.301
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	6.585.518	4.184.321	14.712.708	-	25.482.547
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	1.473	2.763	4.236
Debêntures	-	617.516	3.988.935	486.372	5.092.823
Ações	1.190.543	-	-	-	1.190.543
Cotas de FDIC	-	289.776	448.941	-	738.717
Letra Financeira (LF)	2.280.740	7.242.512	8.277.292	-	17.800.544
Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	-	52.407	13.058	-	65.465
Contratos Futuros de Ibovespa	-	(670)	-	-	(670)
Contratos DI Futuro	3	140	9.213	7.341	16.697
Outros (*)	13.562	242	-	-	13.804
Carteira Própria	**-**	**14.909**	**20.844**	**4.104.709**	**4.140.462**
Nota do Tesouro Nacional (NTN - C)	-	-	20.844	2.283.296	2.304.140
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	-	-	-	1.569.178	1.569.178
Letras Hipotecárias (LH)	-	-	-	143.804	143.804
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	71.590	71.590
Debêntures	-	-	-	36.841	36.841
Letra Financeira (LF)	-	14.909	-	-	14.909
Total de Aplicações	**32.668.678**	**14.341.234**	**39.350.078**	**63.381.895**	**149.741.885**

(*) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía em seus fundos de investimento vinculados aos planos PGBL e VGBL, contratos de compra de índices futuros de DI e contratos de índice futuro Ibovespa. As operações em aberto têm vencimentos entre janeiro de 2017 e janeiro de 2027.

O valor dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo do fundo e apropriados diariamente como receita ou despesa no resultado. Em 31 de dezembro de 2016, o diferencial a pagar, registrado em conta de passivo dos fundos, totalizava R$ 10.319 (R$ 16.188 a receber em 31 de dezembro de 2015), conforme demonstrado a seguir:

Continua...

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 23 de fevereiro de 2017 às 01:47:27.

	31.12.2016		31.12.2015	
	Valor referencial Derivativo	Valor justo	Valor referencial Derivativo	Valor justo
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	**(47.871.514)**	**(10.285)**	**(22.842.603)**	**16.027**
Contratos Futuros de Ibovespa	**103.536**	**645**	**135.543**	**(670)**
Posição ativa	**103.536**	**645**	**135.543**	**(670)**
Até 12 meses	103.536	645	135.543	(670)
Contratos DI Futuro	**(47.975.050)**	**(10.930)**	**(22.978.146)**	**16.697**
Posição ativa	**144.080**	**25**	**-**	**-**
De 1 a 5 anos	117.068	5	-	-
Acima de 5 anos	27.012	20	-	-
Posição passiva	**(48.119.130)**	**(10.955)**	**(22.978.146)**	**16.697**
Até 1 mês	(32.967)	-	(5.508.217)	3
Até 12 meses	-	-	(1.908.236)	140
De 1 a 5 anos	(36.066.356)	(10.321)	(13.950.777)	9.213
Acima de 5 anos	(12.019.807)	(634)	(1.610.916)	7.341
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	**(217.165)**	**(34)**	**(110.625)**	**161**
Contratos DI Futuro	**(217.165)**	**(34)**	**(110.625)**	**161**
Posição passiva	**(217.165)**	**(34)**	**(110.625)**	**161**
Até 1 mês	-	-	(14.984)	-
De 1 a 5 anos	(201.873)	(40)	(75.670)	71
Acima de 5 anos	(15.292)	6	(19.971)	90
Total	**(48.088.679)**	**(10.319)**	**(22.953.228)**	**16.188**

A utilização de instrumentos derivativos, conforme prevê a legislação vigente, busca efetuar o *hedge* da carteira da Companhia. No caso dos contratos futuros de DI, buscamos minimizar os efeitos da variação dos preços dos instrumentos financeiros, principalmente as Letras do Tesouro Nacional e as Notas do Tesouro Nacional (série F). No caso dos contratos futuros de Ibovespa são utilizados para refletir à variação do preço das ações quando relacionados com operações compromissadas.

Os preços dos instrumentos derivativos são calculados diariamente e divulgados pela BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições sensibilizando as quotas dos fundos de investimentos. Todas as operações são negociadas e registradas no sistema de custódia daquela instituição.

Estimativa de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela a seguir demonstra à mensuração do valor justo por níveis:

	31.12.2016			31.12.2015		
Valor justo por meio do resultado	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
	161.358.923	**27.143.362**	**188.495.168**	**93.835.144**	**45.937.097**	**139.775.529**
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	**373.952**	**628.697**	**991.167**	**166.347**	**543.576**	**699.407**
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	19.862	19.862	-	21.083	21.083
Contratos DI Futuro	(34)	-	(34)	162	-	162
Debêntures	-	5.363	5.363	-	4.694	4.694
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	191.260	-	191.260	110.378	-	110.378
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	79.947	-	79.947	-	-	-
Letras Hipotecárias (LH)	-	47.045	47.045	-	43.868	43.868
Nota do Tesouro Nacional (NTN - C)	23.532	-	23.532	22.047	-	22.047
Nota do Tesouro Nacional (NTN - F)	74.200	-	74.200	28.711	-	28.711
Operação Compromissada	-	556.427	556.427	-	473.931	473.931
Cotas de FDIC	5.047	-	5.047	5.049	-	5.049
Outros (*)	-	-	(11.482)	-	-	(10.516)
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	**160.984.971**	**26.296.060**	**187.285.396**	**93.668.797**	**45.163.218**	**138.845.819**
Ações	1.142.217	-	1.142.217	1.190.543	-	1.190.543
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	-	-	187.301	187.301
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	3.804	3.804	-	4.236	4.236
Contratos DI Futuro	(10.930)	-	(10.930)	16.697	-	16.697
Contratos Futuros de Ibovespa	645	-	645	(670)	-	(670)
Debêntures	-	4.234.260	4.234.260	-	5.092.823	5.092.823
Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	-	15.078	15.078	-	65.465	65.465
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	40.230.777	-	40.230.777	25.482.547	-	25.482.547
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	72.956.925	-	72.956.925	49.108.065	-	49.108.065
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	19.712.523	-	19.712.523	10.510.716	-	10.510.716
Nota do Tesouro Nacional (NTN - F)	26.568.810	-	26.568.810	6.622.182	-	6.622.182
Operação Compromissada	-	6.106.460	6.106.460	-	22.012.849	22.012.849
Cotas de FDIC	384.004	-	384.004	738.717	-	738.717
Nota Promissória (NP)	-	18.560	18.560	-	-	-
Letra Financeira (LF)	-	15.917.898	15.917.898	-	17.800.544	17.800.544
Outros (*)	-	-	4.365	-	-	13.804
Carteira Própria	**-**	**218.605**	**218.605**	**-**	**230.303**	**230.303**
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	64.401	64.401	-	71.590	71.590
Letras Hipotecárias (LH)	-	154.204	154.204	-	143.804	143.804
Letra Financeira (LF)	-	-	-	-	14.909	14.909
Disponível para venda	**-**	**42.084**	**42.084**	**-**	**36.841**	**36.841**
Carteira Própria	**-**	**42.084**	**42.084**	**-**	**36.841**	**36.841**
Debêntures	-	42.084	42.084	-	36.841	36.841
Mantidos até o vencimento	**12.617.811**	**-**	**12.617.811**	**10.725.245**	**-**	**10.725.245**
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	**7.580.390**	**-**	**7.580.390**	**6.449.352**	**-**	**6.449.352**
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	-	14.992	-	14.992
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	2.908.361	-	2.908.361	2.238.371	-	2.238.371
Nota do Tesouro Nacional (NTN - C)	4.586.242	-	4.586.242	4.120.898	-	4.120.898
Nota do Tesouro Nacional (NTN - F)	85.787	-	85.787	75.091	-	75.091
Carteira Própria	**5.037.421**	**-**	**5.037.421**	**4.275.893**	**-**	**4.275.893**
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	1.849.896	-	1.849.896	1.424.811	-	1.424.811
Nota do Tesouro Nacional (NTN - C)	3.187.525	-	3.187.525	2.851.082	-	2.851.082
Total Aplicações	**173.976.734**	**27.185.446**	**201.155.063**	**104.560.389**	**45.973.938**	**150.537.615**

(*) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos, para os quais a classificação por nível não é aplicável.

Taxas médias contratadas

As taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, são as seguintes: IPCA + 6,39%; TR + 10,00%; PRÉ 12,70%; 100% da SELIC; IGPM + 9,10%; CDI + 1,25%; e 105,63% do CDI.

6 COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os títulos mobiliários são escriturais e o controle de sua propriedade é exercido pelo Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC) ou por instituições financeiras credenciadas. Parte substancial das aplicações, no valor de R$ 197.533.558 (R$ 148.246.754 em 31 de dezembro de 2015), encontra - se vinculada à cobertura das provisões técnicas de acordo com os limites de diversificação e regras de direcionamento estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) através da Resolução nº 4.444 de 13 de novembro de 2015 e alterações.

	31.12.2016	31.12.2015
Total das provisões técnicas a ser coberto	**197.533.558**	**148.246.754**
Aplicações / Ativos garantidores	199.147.094	149.741.885
Ativos livres	**1.613.536**	**1.495.131**

7 ATIVO IMOBILIZADO

	Equipamentos de telecomunicações e informática	Móveis, máquinas e utensílios	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo	14.383	5.885	800	13.811	34.879
Depreciação acumulada	(9.299)	(2.828)	(244)	(6.094)	(18.465)
Saldo 31/12/2015 líquido	**5.084**	**3.057**	**556**	**7.717**	**16.414**
Adições	4.148	1.469	-	8.783	14.400
Baixas	(659)	(295)	(760)	(1.313)	(3.027)
Depreciações	(1.400)	(417)	217	(1.344)	(2.944)
Saldo 31/12/2016 líquido	**7.173**	**3.814**	**13**	**13.843**	**24.843**
Custo	17.870	7.059	40	21.281	46.250
Depreciação acumulada	(10.697)	(3.245)	(27)	(7.438)	(21.407)

8 ATIVO INTANGÍVEL

	Carteira / Canal(1)	Desenvolvimento de sistema - Projetos	Licenças de uso de *software*	Total
Custo	142.321	125.893	31.439	299.653
Amortização Acumulada	(32.057)	(67.582)	(18.993)	(118.632)
Saldo 31/12/2015 líquido	**110.264**	**58.311**	**12.446**	**181.021**
Adições	-	16.771	6.789	23.560
Amortizações	(9.382)	(5.826)	(2.024)	(17.232)
Saldo 31/12/2016 líquido	**100.882**	**69.256**	**17.211**	**187.349**
Custo	142.321	142.664	38.228	323.213
Amortização Acumulada	(41.439)	(73.408)	(21.017)	(135.864)

(1) Comentários sobre base de composição e forma de amortização vide nota explicativa nº 3h.

9 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	31.12.2016	31.12.2015
Imposto de renda retido	131.351	82.826
Imposto sobre serviço retido	3.913	3.024
Contribuições previdenciárias	1.668	1.699
Outros impostos e encargos	1.024	878
Total	**137.956**	**88.426**

10 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	31.12.2016	31.12.2015
Imposto de renda (*)	239.961	6.076
Contribuição social (*)	102.893	36.736
Cofins	4.134	2.907
Pis	374	241
Outros	5.340	-
Total	**352.702**	**45.960**

(*) Apresentado líquido das antecipações conforme nota explicativa nº 17.

11 DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	31.12.2016	31.12.2015
Até 30 dias	31.217	16.268
De 31 a 180 dias	2.684	2.626
De 181 a 360 dias	4.190	2.860
Acima de 360 dias	6.587	810
Total	**44.678**	**22.564**

Aproximadamente 93% do total apresentado em 2016 refere - se a arrecadação recebida no último dia do mês.

12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social está representado por 2.290.080 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 1.145.040 ordinárias e 1.145.040 preferenciais.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2016, foi deliberada a distribuição do lucro do exercício de 2015, no montante de R$ 1.155.466, da seguinte forma: (i) Reserva Legal no montante de R$ 57.773, (ii) pagamento de dividendos no montante de R$ 770.310 sendo que (a) parcela no montante de R$ 482.459 foram pagos durante o exercício de 2015, a título de antecipação, e (b) parcela no montante de R$ 287.851 pagos durante o exercício de 2016, (iii) reserva estatutária no montante de R$ 77.260 e, (iv) aumento e integralização de capital no montante de R$ 250.123 (aprovado pela Portaria SUSEP/DIORG nº 19 de 06 de julho de 2016).

O Estatuto Social da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido contábil. A destinação relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada.

Foi deliberada pelos administradores, através de Assembléia Geral Extraordinária realizadas em 5 de agosto de 2016, 26 de outubro de 2016 e 20 de dezembro de 2016, a aprovação de distribuição mensal de dividendos e/ou o pagamento de juros sobre capital próprio. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, foi calculado com base na "taxa de juros de longo prazo" (TJLP) aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório.

Durante o segundo semestre de 2016, foram distribuídos R$ 745.332 entre dividendos e juros sobre o capital próprio, da seguinte forma: (i) juros sobre capital próprio no montante de R$ 153.425 como distribuição de parte do resultado do período, (ii) dividendos no montante de R$ 591.907 sendo que (a) a parcela no montante de R$ 230.942 foram pagos como antecipação da distribuição do resultado do período, e (b) o montante de R$ 360.965 a partir do saldo existente na Reserva Estatutária.

O montante creditado a título de juros sobre capital próprio reduziu a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, gerando um efeito tributário positivo de R$ 69.041.

13 DEMONSTRATIVO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA) E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações, as sociedades deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), que é equivalente ao maior valor entre o capital - base e o capital de risco, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2016
Patrimônio líquido	**2.400.224**
Ajustes contábeis:	
(-) Despesas antecipadas	(1.265)
(-) Intangível	(187.349)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	
(+) Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.104.383
(-) Redução no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados	(223.969)
(+) Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	11.024
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	86.626
Patrimônio líquido ajustado (a)	**3.189.674**
Capital Mínimo Requerido (b) = maior entre (c) e (d)	**1.580.278**
Capital Base (c)	15.000
Capital adicional de risco (d)	1.580.278
Capital Adicional de Risco de Subscrição	1.289.210
Capital Adicional de Risco de Crédito	68.151
Capital Adicional de Risco Operacional	158.027
Capital Adicional de Risco de Mercado	279.839
Redução de Correlação de Riscos	(214.949)
Suficiência de Capital (a) - (b)	**1.609.396**

O índice de liquidez em relação ao CR em 31 de dezembro de 2016 é de 102% e o requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações é de 20% deduzido deste o valor do superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP, limitado ao efeito no CR da parcela de risco de mercado relativa aos fluxos de prêmios e contribuições não registradas, equivalente à R$ 1.613.536 (nota explicativa 6) e R$ 313.851, respectivamente.

Conforme disposições transitórias, artigo 64 - a, da Resolução 343/2016, a dedução dos custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à provisão para prêmios não ganhos (PPNG), dar - se - a entre 2018 e 2020.

Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução 343/2016.

Conforme disposições transitórias, alínea "a", parágrafo 4º do artigo 50, da Resolução 321/2015, o montante efetivamente exigido do capital de risco de mercado corresponderá a 50% em 31/12/2016 e a 100% a partir de 31/12/2017.

14 PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	31/12/2016			
Provisões técnicas	**PGBL**	**VGBL**	**Tradicionais (*)**	**Total**
Matemática de benefícios a conceder	30.517.100	156.765.533	6.728.362	194.010.995
Matemática de benefícios concedidos	460.802	132.537	1.753.173	2.346.512
Excedente financeiro	348	180	650.877	651.405
Sinistros a liquidar	453	-	37.270	37.723
Resgates e outros valores a regularizar	35.837	307.746	7.587	351.170
Despesas relacionadas	34.657	64.261	15.720	114.638
Sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	-	-	10.222	10.222
Prêmios não ganhos	-	-	10.893	10.893
Total das provisões técnicas	**31.049.197**	**157.270.257**	**9.214.104**	**197.533.558**
Custos de aquisição diferidos	**51.911**	**1.214.060**	**147**	**1.266.118**

(*) Inclui as coberturas de risco

	31/12/2015			
Provisões técnicas	**PGBL**	**VGBL**	**Tradicionais (*)**	**Total**
Matemática de benefícios a conceder	26.464.135	112.378.698	6.320.834	145.163.667
Matemática de benefícios concedidos	359.162	98.943	1.523.204	1.981.309
Excedente financeiro	294	85	645.755	646.134
Sinistros a liquidar	203	-	30.208	30.411
Resgates e outros valores a regularizar	54.014	241.698	8.574	304.286
Despesas relacionadas	28.110	56.984	14.673	99.767
Sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	-	-	9.595	9.595
Prêmios não ganhos	-	-	11.585	11.585
Total das provisões técnicas	**26.905.918**	**112.776.408**	**8.564.428**	**148.246.754**
Custos de aquisição diferidos	**36.884**	**888.574**	**138**	**925.596**

(*) Inclui as coberturas de risco

Movimentação das provisões técnicas

Provisões Técnicas	**PGBL**	**VGBL**	**Tradicionais (*)**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**26.913.958**	**112.783.679**	**8.549.117**	**148.246.754**
(+) Contribuições líquidas de carregamento	2.535.106	44.431.862	399.664	47.366.632
(-) Pagamento de benefícios/sinistros	(234.142)	(354.129)	(315.790)	(904.061)
(-) Pagamento de resgates	(1.661.891)	(12.615.337)	(316.689)	(14.593.917)
(-) Pagamento de devolução de saldo	(64.500)	(3.076.693)	-	(3.141.193)
(+/-) Portabilidades líquidas	(63.188)	(107.063)	(11.495)	(181.746)
(+/-) Atualização monetária, juros e rendimentos	3.590.866	16.555.311	985.539	21.131.716
(+/-) Outras movimentações	41.533	(337.268)	(94.892)	(390.627)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**31.057.742**	**157.280.362**	**9.195.454**	**197.533.558**

(*) Inclui as coberturas de risco

Continua...

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo — documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 23 de fevereiro de 2017 às 01:47:27.

Custos de aquisição diferidos	PGBL	VGBL	Tradicionais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**36.884**	**888.574**	**138**	**925.596**
(+) Constituições	168.200	2.703.097	1.715	2.873.012
(-) Reversões	(153.173)	(2.377.611)	(1.706)	(2.532.490)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**51.911**	**1.214.060**	**147**	**1.266.118**

15 PROVISÕES JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Fiscais

A Companhia obteve liminar para recolhimento da contribuição social no ano de 1998 à alíquota de 8% (isonomia às pessoas jurídicas não financeiras). O diferencial em relação à alíquota de 18% está provisionado na rubrica "Provisões Fiscais" no montante de R$ 7.031 em 31 de dezembro de 2016 e 2015, totalmente depositado judicialmente e atualizado monetariamente até a data do depósito.

Em 30 de dezembro de 2008, a Companhia impetrou Mandado de Segurança discutindo a inconstitucionalidade da Lei n° 11.727/2008, referente à majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 9% para 15% aplicável às Instituições Financeiras e equiparadas a partir de maio de 2008. Em 9 de janeiro de 2009, a Companhia obteve autorização para depositar judicialmente o montante do tributo discutido, qual seja, a diferença de 6% da alíquota. Em setembro de 2015, em decorrência da alteração da alíquota para 20% conforme Lei nº 13.169/2015, a Companhia impetrou novo Mandado de Segurança, referente à majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 15% para 20% e também obteve autorização para depositar judicialmente o montante do tributo discutido, qual seja, a diferença de 11% da alíquota. O depósito das duas ações em curso totaliza R$ 503.814 (R$ 435.827 em 31 de dezembro de 2015). As respectivas provisões totalizam R$ 631.814 (R$ 459.742 em 31 de dezembro 2015).

Foi lavrado, contra a Companhia, auto de infração referente ao INSS sobre o qual foi constituída provisão de R$ 3.247 em 2007. Em julho de 2009 houve decisão favorável à Brasilprev, reduzindo o valor discutido para R$ 1.164. No mês de novembro de 2009 a Companhia utilizou-se do benefício da anistia para realizar o pagamento de parte dos valores discutidos, referente aos anos de 2002, 2003, 2005 e 2006. Em agosto de 2014, foi proferida decisão favorável à Companhia reconhecendo a decadência dos valores discutidos até a competência de novembro de 2002. Em função dessa decisão, houve reversão de parte do montante provisionado. Como consequência, o valor discutido atualmente perfaz o montante de R$ 117 em dezembro de 2016 e 2015.

Durante o ano-calendário de 2011, foram lavrados contra a Companhia dois autos de infração, visando à cobrança de PIS e COFINS no valor de R$ 5.333, em razão da base de tributação não considerar a sistemática legal preconizada pela Instrução Normativa nº 247/2002 para apuração das receitas financeiras dedutíveis. A Companhia apresentou impugnação, tendo efetuado parte do pagamento da autuação fiscal. Desta forma, o montante atualmente em discussão atualizado monetariamente e totalmente provisionado perfaz o valor de R$ 1.385 (R$ 1.316 em 31 de dezembro de 2015).

Em 2014 foi lavrado contra a Companhia auto de infração no valor de R$ 1.989, visando à cobrança de suposta dedução indevida de PIS e COFINS nas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL relativas às competências de setembro, outubro e dezembro de 2010. A respectiva provisão foi revertida em função da restituição feita junto à Receita Federal no 2º Semestre de 2016 (R$ 2.144 em 31 de dezembro de 2015).

b) Trabalhistas

A Companhia responde a 52 processos de natureza trabalhista que se encontram em diversas fases de tramitação, cujo montante provisionado referente aos casos com probabilidade de perda provável é de R$ 1.509 (R$ 1.673 em 31 de dezembro de 2015) e está registrado na rubrica "Provisões judiciais".

c) Cíveis

Existem 644 processos de natureza cível que estão em diversas fases de tramitação. Tais processos envolvem principalmente a discussão de pagamentos de benefícios e resgates de previdência complementar. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão para os casos classificados com probabilidade de perda provável, a qual está registrada na rubrica "Provisões judiciais" no montante de R$ 10.104 (R$ 8.613 em 31 de dezembro de 2015). Adicionalmente, os processos de natureza cível relacionados a sinistros/benefícios, estão provisionados no grupo de Provisões Técnicas, na rubrica "Provisão de Sinistros a Liquidar" e totalizam R$ 18.550 (R$ 16.323 em 31 de dezembro de 2015).

d) Movimentação e detalhamento das provisões para contingências passivas

Movimentação

	31.12.2015	Adições: Constituições	Adições: Atualizações	Baixas por pagamento	Baixas por Estorno	31.12.2016
Fiscais	471.861	175.944	1.069	(2.204)	-	646.670
Trabalhistas	1.673	23	352	-	(539)	1.509
Cíveis	24.935	4.753	5.516	(2.643)	(3.907)	28.654
Total	**498.469**	**180.720**	**6.937**	**(4.847)**	**(4.446)**	**676.833**

Movimentação

	31.12.2014	Adições: Constituições	Adições: Atualizações	Baixas por pagamento	Baixas por Estorno	31.12.2015
Fiscais	327.112	144.590	159	-	-	471.861
Trabalhistas	916	925	51	(217)	(2)	1.673
Cíveis	22.449	9.336	2.010	(6.847)	(2.013)	24.935
Total	**350.477**	**154.851**	**2.220**	**(7.064)**	**(2.015)**	**498.469**

Detalhamento por probabilidade de perda - 31.12.2016

	Valor reclamado (*)					Valor provisionado (**)			
	Quantidade	Provável	Possível	Remota	Total	Provável	Possível	Remota	Total
Fiscais	12	3.059	639.268	26	642.353	7.072	639.572	26	646.670
Trabalhistas	52	4.398	6.657	531	11.586	1.509	-	-	1.509
Cíveis	644	22.492	20.708	3.127	46.327	25.120	3.515	19	28.654
Total	**708**	**29.949**	**666.633**	**3.684**	**700.266**	**33.701**	**643.087**	**45**	**676.833**

Detalhamento por probabilidade de perda - 31.12.2015

	Valor reclamado (*)					Valor provisionado (**)			
	Quantidade	Provável	Possível	Remota	Total	Provável	Possível	Remota	Total
Fiscais	10	3.059	464.373	26	467.458	7.072	464.763	26	471.861
Trabalhistas	41	4.458	2.433	617	7.508	1.673	-	-	1.673
Cíveis	578	26.812	14.862	2.219	43.893	21.810	3.106	19	24.935
Total	**629**	**34.329**	**481.668**	**2.862**	**518.859**	**30.555**	**467.869**	**45**	**498.469**

(*) O valor reclamado corresponde ao valor original da causa.

(**) Considerado sob o conceito de obrigação legal para os fiscais e "Provisão de Sinistros a Liquidar-(PSL)" judicial para os cíveis.

e) Depósitos judiciais e fiscais

	31.12.2015	Constituições	Reversões	31.12.2016
Fiscais	444.523	67.988	-	512.511
Cíveis	5.130	2.099	(1.867)	5.362
Trabalhistas	436	205	(45)	596
Total	**450.089**	**70.292**	**(1.912)**	**518.469**

	31.12.2014	Constituições	Reversões	31.12.2015
Fiscais	291.291	153.232	-	444.523
Cíveis	5.025	1.697	(1.592)	5.130
Trabalhistas	568	54	(186)	436
Total	**296.884**	**154.983**	**(1.778)**	**450.089**

O prazo médio pendente de pagamento dos sinistros judiciais está relacionado ao prazo do desfecho do processo judicial, que usualmente ocorre entre 4 e 6 anos.

16 DETALHAMENTO DAS CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

a) Custos de aquisição

	31.12.2016	31.12.2015
Agenciamento e corretagem	(791.236)	(613.259)
Variação das despesas diferidas	340.403	230.751
Custeamento de vendas	(16.639)	(16.525)
	(467.472)	**(399.033)**

b) Outras receitas e despesas operacionais

	31.12.2016	31.12.2015
Despesa com incentivo de vendas	(10.370)	(8.530)
Despesas com cobrança	(16.882)	(13.634)
Contingências	(3.794)	(4.092)
Provisão de créditos duvidosos	(40)	(185)
Outras despesas operacionais	(2.738)	(1.819)
	(33.824)	**(28.260)**

c) Despesas administrativas

	31.12.2016	31.12.2015
Pessoal próprio	(125.981)	(109.740)
Serviços de terceiros	(150.181)	(129.816)
Localização e funcionamento	(44.036)	(39.720)
Publicidade e propaganda	(27.064)	(32.701)
Outras	(5.921)	(6.570)
	(353.183)	**(318.547)**

d) Despesas com tributos

	31.12.2016	31.12.2015
Impostos federais e municipais	(37.129)	(32.025)
COFINS	(99.006)	(100.929)
PIS	(16.088)	(16.401)
Taxa de fiscalização SUSEP	(4.496)	(3.557)
Outras	(3.175)	(249)
	(159.894)	**(153.161)**

e) Resultado financeiro

	31.12.2016	31.12.2015
Fundos de investimentos exclusivos - FIF	851.140	943.564
FIFES vinculados ao PGBL e VGBL	20.176.705	12.745.808
Títulos de renda fixa - Público e Privado	620.595	694.906
Outros	1.642	26
Total	**21.650.082**	**14.384.304**
Despesas com provisões técnicas	(21.138.531)	(13.843.605)
Outras despesas financeiras	(2.983)	(2.189)
	(21.141.514)	**(13.845.794)**
Resultado financeiro	**508.568**	**538.510**

f) Receita financeira por categoria

	31.12.2016	31.12.2015
Valor justo por meio do resultado	20.177.603	12.718.221
Disponível para venda	4.856	5.663
Mantidos até o vencimento	1.467.623	1.660.420
Total	**21.650.082**	**14.384.304**

17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31.12.2016		31.12.2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos e participações	1.709.796	1.709.796	1.960.748	1.960.748
(-) Participações sobre o resultado	(12.441)	(12.441)	(12.859)	(12.859)
(-) Juros sobre capital próprio	(153.425)	(153.425)	-	-
Resultado ajustado	1.543.930	1.543.930	1.947.889	1.947.889
Adições	20.358	20.358	37.935	36.084
Lucro tributável	1.564.288	1.564.288	1.985.824	1.983.973
Tributos correntes	(391.048)	(312.858)	(496.432)	(323.147)
Tributos diferidos	(353)	(432)	3.348	3.266
(-) Programa de alimentação ao trabalhador - PAT	1.147	-	946	-
(-) Incentivos fiscais	15.293	-	20.121	-
Outros	-	(61)	(456)	(69)
Total de tributos	**(374.961)**	**(313.351)**	**(472.473)**	**(319.950)**
Alíquota Efetiva	24,29%	20,30%	24,26%	16,43%

Os tributos correntes estão classificados na rubrica "Impostos e Contribuições" no passivo circulante pelo valor líquido das antecipações do período que totalizam R$ 352.702 (R$ 45.960 em 31 de dezembro de 2015).

Os créditos tributários oriundos de diferenças temporárias decorrem principalmente de provisões judiciais, ficando o prazo de sua realização condicionado ao desfecho das ações em andamento.

	31.12.2016	31.12.2015
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.184	973
Créditos de PIS e COFINS	248	5.203
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	27.565	29.101
Total do ativo circulante e não circulante	**28.997**	**35.277**

18 GESTÃO DE RISCOS

a) Risco de crédito

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia distribuídos por *rating* de crédito fornecidos por agências renomadas de *rating*.

	31.12.2016										
	AAA	AA	A	BBB	BB	SD	CC	SD	Ações (1)	Outros (2)	Total
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	**5.390**	**6.900.381**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**544.911**	**7.450.682**
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	343	19.519	-	-	-	-	-	-	-	-	19.862
Contratos DI Futuro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(34)	(34)
Debêntures	-	5.363	-	-	-	-	-	-	-	-	5.363
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	191.260	-	-	-	-	-	-	-	-	191.260
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	79.947	-	-	-	-	-	-	-	-	79.947
Letras Hipotecárias (LH)	-	47.045	-	-	-	-	-	-	-	-	47.045
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	2.438.348	-	-	-	-	-	-	-	-	2.438.348
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	-	3.962.056	-	-	-	-	-	-	-	-	3.962.056
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	156.843	-	-	-	-	-	-	-	-	156.843
Operação Compromissada (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	556.427	556.427
Cotas de FDIC	5.047	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.047
Outros (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.482)	(11.482)
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	**3.183.494**	**175.572.482**	**383.800**	**384.718**	**24.205**	**34.077**	**459.863**	**-**	**1.142.217**	**6.100.540**	**187.285.396**
Ações	-	-	-	-	-	-	-	-	1.142.217	-	1.142.217
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	1.141	2.663	-	-	-	-	-	-	-	-	3.804
Contratos DI Futuro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.930)	(10.930)
Contratos Futuros de Ibovespa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	645	645
Debêntures	1.163.378	1.814.234	353.785	384.718	24.205	34.077	459.863	-	-	-	4.234.260
Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	-	-	15.078	-	-	-	-	-	-	-	15.078
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	40.230.777	-	-	-	-	-	-	-	-	40.230.777
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	72.956.925	-	-	-	-	-	-	-	-	72.956.925
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	19.712.523	-	-	-	-	-	-	-	-	19.712.523
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	26.568.810	-	-	-	-	-	-	-	-	26.568.810
Operação Compromissada(*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.106.460	6.106.460
Cotas de FDIC	369.067	-	14.937	-	-	-	-	-	-	-	384.004
Nota Promissória (NP)	-	18.560	-	-	-	-	-	-	-	-	18.560
Letra Financeira (LF)	1.649.908	14.267.990	-	-	-	-	-	-	-	-	15.917.898
Outros (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.365	4.365
Carteira Própria	**153**	**4.368.932**	**-**	**-**	**-**	**41.931**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.411.016**
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	64.401	-	-	-	-	-	-	-	-	64.401
Debêntures	153	-	-	-	-	41.931	-	-	-	-	42.084
Letras Hipotecárias (LH)	-	154.204	-	-	-	-	-	-	-	-	154.204
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	1.674.200	-	-	-	-	-	-	-	-	1.674.200
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	-	2.476.127	-	-	-	-	-	-	-	-	2.476.127
Total aplicações	**3.189.037**	**186.841.795**	**383.800**	**384.718**	**24.205**	**76.008**	**459.863**	**-**	**1.142.217**	**6.645.451**	**199.147.094**

(*) Lastreadas à títulos públicos

(**) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos.

(1) Exposição a Risco de mercado

(2) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos, operações compromissadas e outros instrumentos financeiros que não tem atribuição de *rating* por emissão.

Continua...

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo — documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 23 de fevereiro de 2017 às 01:47:27.

	31.12.2015								
	AAA	AA	A	BBB	BB	C	Ações (1)	Outros (2)	Total
Fundos de Investimento Exclusivos-FIF	**6.287.333**	**4.694**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**463.577**	**6.755.604**
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	21.083	-	-	-	-	-	-	-	21.083
Contratos DI Futuro	-	-	-	-	-	-	-	162	162
Debêntures	-	4.694	-	-	-	-	-	-	4.694
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	125.372	-	-	-	-	-	-	-	125.372
Letras Hipotecárias (LH)	43.868	-	-	-	-	-	-	-	43.868
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	2.284.222	-	-	-	-	-	-	-	2.284.222
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	3.697.774	-	-	-	-	-	-	-	3.697.774
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	109.965	-	-	-	-	-	-	-	109.965
Operação Compromissada (*)	-	-	-	-	-	-	-	473.931	473.931
Cotas de FDIC	5.049	-	-	-	-	-	-	-	5.049
Outros (**)	-	-	-	-	-	-	-	(10.516)	(10.516)
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	**98.884.724**	**14.453.713**	**1.674.489**	**536.170**	**15.977**	**47.523**	**1.190.543**	**22.042.680**	**138.845.819**
Ações	-	-	-	-	-	-	1.190.543	-	1.190.543
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	187.301	-	-	-	-	-	-	187.301
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	4.236	-	-	-	-	-	-	-	4.236
Contratos DI Futuro	-	-	-	-	-	-	-	16.697	16.697
Contratos Futuros de Ibovespa	-	-	-	-	-	-	-	(670)	(670)
Debêntures	1.306.384	3.108.862	293.915	336.139	-	47.523	-	-	5.092.823
Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	-	-	28.980	20.508	15.977	-	-	-	65.465
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	25.482.547	-	-	-	-	-	-	-	25.482.547
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	49.108.065	-	-	-	-	-	-	-	49.108.065
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	10.510.716	-	-	-	-	-	-	-	10.510.716
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	6.622.182	-	-	-	-	-	-	-	6.622.182
Operação Compromissada (*)	-	-	-	-	-	-	-	22.012.849	22.012.849
Cotas de FDIC	520.424	-	38.770	179.523	-	-	-	-	738.717
Letra Financeira (LF)	5.330.170	11.157.550	1.312.824	-	-	-	-	-	17.800.544
Outros (**)	-	-	-	-	-	-	-	13.804	13.804
Carteira Própria	**4.088.795**	**51.667**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.140.462**
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	71.590	-	-	-	-	-	-	-	71.590
Debêntures	83	36.758	-	-	-	-	-	-	36.841
Letras Hipotecárias (LH)	143.804	-	-	-	-	-	-	-	143.804
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	1.569.178	-	-	-	-	-	-	-	1.569.178
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	2.304.140	-	-	-	-	-	-	-	2.304.140
Letra Financeira (LF)	-	14.909	-	-	-	-	-	-	14.909
Total Aplicações	**109.260.852**	**14.510.074**	**1.674.489**	**536.170**	**15.977**	**47.523**	**1.190.543**	**22.506.257**	**149.741.885**

(*) Lastreadas à títulos públicos
(**) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos.
(1) Exposição a Risco de mercado
(2) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos, operações compromissadas e outros instrumentos financeiros que não tem atribuição de *rating* por emissão.
A administração classificou os títulos públicos na categoria AA uma vez que a contraparte é o Governo Federal.
Abaixo segue quadro demonstrativo dos *rating*s das posições tomadas segundo o perfil setorial:

	31.12.2016										
	AAA	AA	A	BBB	BB	SD	CC	SD	Ações (1)	Outros (2)	Total
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	**5.390**	**6.900.381**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**544.911**	**7.450.682**
Energia Elétrica	-	5.363	-	-	-	-	-	-	-	-	5.363
Finanças Estruturadas	5.390	19.519	-	-	-	-	-	-	-	-	24.909
Financeiro	-	47.045	-	-	-	-	-	-	-	-	47.045
Outros(*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	544.911	544.911
Títulos Públicos	-	6.828.454	-	-	-	-	-	-	-	-	6.828.454
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	**3.183.494**	**175.572.482**	**383.800**	**384.718**	**24.205**	**34.077**	**459.863**	**-**	**1.142.217**	**6.100.540**	**187.285.396**
Ações	-	-	-	-	-	-	-	-	1.142.217	-	1.142.217
Administração e Participação	331.950	211.877	-	-	-	-	-	-	-	-	543.827
Aviação e Transportes	57.959	-	25.981	-	-	-	-	-	-	-	83.940
Construção e Incorporação	71.740	-	16.483	-	-	-	-	-	-	-	88.223
Consumo e Varejo	-	151.295	48.913	-	-	-	-	-	-	-	200.208
Educação	-	30.715	-	-	-	-	-	-	-	-	30.715
Energia Elétrica	49.208	548.010	174.946	337.316	-	-	-	-	-	-	1.109.480
Finanças Estruturadas	370.208	2.664	14.937	-	-	-	-	-	-	-	387.809
Financeiro	1.649.908	14.437.970	15.078	-	-	-	-	-	-	-	16.102.956
Infra estrutura e Logística	-	190.966	-	-	24.205	-	-	-	-	-	215.171
Infra estrutura e Transporte	-	147.847	4.594	47.402	-	-	-	-	-	-	199.843
Sem Rating	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.100.540	6.100.540
Serviços de água	-	227.111	82.868	-	-	-	-	-	-	-	309.979
Siderurgia e Metalurgia	-	-	-	-	-	-	459.863	-	-	-	459.863
Telecomunicações	507.991	-	-	-	-	34.077	-	-	-	-	542.068
Saúde/Farmacêuticos	-	64.565	-	-	-	-	-	-	-	-	64.565
Serviços Financeiros	144.530	90.428	-	-	-	-	-	-	-	-	234.958
Títulos Públicos	-	159.469.034	-	-	-	-	-	-	-	-	159.469.034
Carteira Própria	**153**	**4.368.932**	**-**	**-**	**-**	**41.931**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.411.016**
Energia Elétrica	-	-	-	-	-	41.931	-	-	-	-	41.931
Finanças Estruturadas	-	64.401	-	-	-	-	-	-	-	-	64.401
Financeiro	-	154.204	-	-	-	-	-	-	-	-	154.204
Mineração	153	-	-	-	-	-	-	-	-	-	153
Títulos Públicos	-	4.150.327	-	-	-	-	-	-	-	-	4.150.327
Total Aplicações	**3.189.037**	**186.841.795**	**383.800**	**384.718**	**24.205**	**76.008**	**459.863**	**-**	**1.142.217**	**6.645.451**	**199.147.094**

(*) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos.
(1) Exposição a Risco de mercado
(2) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos, operações compromissadas e outros instrumentos financeiros que não tem atribuição de *rating* por emissão.

	31.12.2015								
	AAA	AA	A	BBB	BB	C	Ações (1)	Outros (2)	Total
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	**6.287.333**	**4.694**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**463.577**	**6.755.604**
Energia Elétrica	-	4.694	-	-	-	-	-	-	4.694
Finanças Estruturadas	26.132	-	-	-	-	-	-	-	26.132
Financeiro	43.868	-	-	-	-	-	-	-	43.868
Outros (*)	-	-	-	-	-	-	-	463.577	463.577
Títulos Públicos	6.217.333	-	-	-	-	-	-	-	6.217.333
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	**98.884.724**	**14.453.713**	**1.674.489**	**536.170**	**15.977**	**47.523**	**1.190.543**	**22.042.680**	**138.845.819**
Ações	-	-	-	-	-	-	1.190.543	-	1.190.543
Administração e Participação	551.281	-	-	-	-	-	-	-	551.281
Aviação e Transportes	51.570	32.467	-	-	-	-	-	-	84.037
Construção e Incorporação	71.818	165.758	10.850	49.681	-	-	-	-	298.107
Consumo e Varejo	63.811	191.298	-	-	-	-	-	-	255.109
Educação	-	30.756	-	-	-	-	-	-	30.756
Energia Elétrica	60.549	1.285.019	-	30.112	-	-	-	-	1.375.680
Finanças Estruturadas	524.660	-	38.770	179.523	-	-	-	-	742.953
Financeiro	5.330.169	11.344.850	1.341.804	20.508	15.977	-	-	-	18.053.308
Infra estrutura e Logística	-	260.425	-	-	-	-	-	-	260.425
Infra estrutura e Transporte	-	311.615	-	-	-	-	-	-	311.615
Outros (*)	-	-	-	-	-	-	-	22.042.680	22.042.680
Serviços de água	-	418.777	-	-	-	-	-	-	418.777
Siderurgia e Metalurgia	-	-	283.065	256.346	-	-	-	-	539.411
Telecomunicações	507.356	216.850	-	-	-	47.523	-	-	771.729
Saúde/Farmacêuticos	-	116.510	-	-	-	-	-	-	116.510
Serviços Financeiros	-	79.388	-	-	-	-	-	-	79.388
Títulos Públicos	91.723.510	-	-	-	-	-	-	-	91.723.510
Carteira Própria	**4.088.795**	**51.667**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.140.462**
Energia Elétrica	-	36.758	-	-	-	-	-	-	36.758
Finanças Estruturadas	71.590	-	-	-	-	-	-	-	71.590
Financeiro	143.803	14.909	-	-	-	-	-	-	158.712
Mineração	83	-	-	-	-	-	-	-	83
Títulos Públicos	3.873.319	-	-	-	-	-	-	-	3.873.319
Total Aplicações	**109.260.852**	**14.510.074**	**1.674.489**	**536.170**	**15.977**	**47.523**	**1.190.543**	**22.506.257**	**149.741.885**

(*) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos.
(1) Exposição a Risco de mercado
(2) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos, operações compromissadas e outros instrumentos financeiros que não tem atribuição de *rating* por emissão.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.

Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos dos fluxos de movimentações financeiras esperados em vários cenários, avaliando-se de forma conservadora os limites mínimos de recursos líquidos a serem mantidos. Aliada a essa estratégia, são avaliadas as melhores opções de reinvestimento, de modo a maximizar os recursos disponíveis.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento. Os papéis dados em cobertura das provisões técnicas serão reaplicados na data de vencimento de acordo com a maturidade dos passivos atuariais.

	31.12.2016			
Ativo	**Até 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Aplicações	21.031.326	123.503.804	54.611.964	199.147.094
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.506	-	-	1.506
Títulos e créditos a receber	24.518	546.034	-	570.552
Despesas antecipadas	1.265	-	-	1.265
Custos de aquisição diferidos	512.495	753.623	-	1.266.118
Total ativo	**21.571.110**	**124.803.461**	**54.611.964**	**200.986.535**

	31.12.2016			
Passivo	**Até 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Provisões técnicas-seguros e previdência complementar (*)	27.075.920	42.760.504	127.697.134	197.533.558
Contas a pagar	545.144	-	-	545.144
Débitos das operações com seguros e resseguros	13.785	-	-	13.785
Débitos das operações com previdência complementar	3.203	-	-	3.203
Depósitos de terceiros	44.678	-	-	44.678
Outros débitos (provisões judiciais)	-	658.283	-	658.283
Total passivo	**27.682.730**	**43.418.787**	**127.697.134**	**198.798.651**

	31.12.2015			
Ativo	**Até 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Aplicações	47.009.912	39.350.078	63.381.895	149.741.885
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.940	-	-	1.940
Ativo de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	561	-	-	561
Títulos e créditos a receber	27.000	479.190	-	506.190
Despesas antecipadas	34	-	-	34
Custos de aquisição diferidos	363.156	562.440	-	925.596
Total ativo	**47.402.603**	**40.391.708**	**63.381.895**	**151.176.206**

Continua...

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 23 de fevereiro de 2017 às 01:47:27.

	31.12.2015			
Passivo	**Até 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Provisões técnicas-seguros e previdência complementar (*)	18.171.830	32.640.717	97.434.207	148.246.754
Contas a pagar	187.164	-	-	187.164
Débitos das operações com seguros e resseguros	8.447	-	-	8.447
Débitos das operações com previdência complementar	3.343	-	-	3.343
Depósitos de terceiros	22.564	-	-	22.564
Outros débitos (provisões judiciais)	-	482.146	-	482.146
Total passivo	**18.393.348**	**33.122.863**	**97.434.207**	**148.950.418**

(*) A alocação das Provisões Técnicas nos prazos de vencimento apresentados obedece aos critérios descritos na nota explicativa 3k.

c) Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na possibilidade de perdas decorrentes de inadequação da metodologia ou das premissas atuariais adotadas, inclusive falhas na especificação técnica do produto e nas condições de aceitação e de precificação.

A Companhia monitora e avalia a exposição ao risco de subscrição com normas de subscrição que são revisadas periodicamente e aprovadas pela diretoria.

Os riscos de mortalidade e morbidade, bem como, seus acúmulos por participantes e segurados são mitigados por meio da contratação de resseguros de excedente de responsabilidade e de catástrofe.

O risco de longevidade é monitorado pela Companhia adotando-se, no cálculo das provisões técnicas e no desenho de produtos, premissas de melhoria na expectativa de vida futura da população segurada e assistida pela Brasilprev.

O risco de resgates é gerenciado via monitoramento frequente da experiência da Brasilprev, tendo sido estabelecido pela Companhia uma diretriz para melhorar, quando for o caso, a retenção de recursos e clientes.

As provisões técnicas são calculadas de acordo com as notas técnicas e normas estabelecidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e são reavaliadas no mínimo anualmente de acordo com a Circular SUSEP nº517, de 2015 e auditadas conforme Resolução CNSP nº 321, de 2015, sendo realizados testes de consistências. O objetivo do teste de consistência é verificar, em uma determinada data, se a provisão constituída é adequada.

Análise de sensibilidade

Os riscos de subscrição aqui considerados são aqueles vinculados à formação do passivo (provisões técnicas) das operações.

Os produtos de previdência complementar apresentam como principal risco de negócio a possibilidade de transformação das reservas acumuladas em rendas continuadas. Neste sentido, a escolha dos fatores de risco objetivou sensibilizar hipóteses associadas à expectativa de materialização deste risco, conforme segue:

A hipótese de resgate reflete a expectativa de que os participantes resgatem a reserva acumulada antes de chegarem à data de aposentadoria. Assim, quanto menor o cancelamento, maior a probabilidade de transformação da reserva acumulada em renda continuada;

A hipótese de anuitização reflete a expectativa de que os participantes escolham, na data de aposentadoria, pela transformação da reserva acumulada em renda continuada. Assim, quanto maior a anuitização, maior o risco associado ao pagamento da renda continuada;

A hipótese de longevidade reflete a expectativa de tempo de pagamento da renda continuada. Assim, quanto maior a sobrevivência, maior o risco associado ao pagamento da renda continuada.

A ETTJ reflete a estrutura a termo da taxa de juros com a alternativa de extrapolação denominada "*Ultimate Forward Rate - UFR*" aprovada pela SUSEP e é utilizada para o desconto dos fluxos de caixa realistas, sendo assim, quanto menor a taxa, maior o valor presente dos fluxos.

		Impactos em 31.12.2016		Impactos em 31.12.2015	
Fatores de risco	**Sensibilidade**	**Patrimônio**	**Resultado**	**Patrimônio**	**Resultado**
Resgate	+100 bps	12,263	12,263	-	-
Resgate	-100 bps	(14,042)	(14,042)	-	-
Anuitização	+10%	(21,501)	(21,501)	-	-
Anuitização	- 10%	21,572	21,572	-	-
Longevidade	+ 5%	(1,485)	(1,485)	-	-
Longevidade	- 5%	1,485	1,485	-	-
ETTJ	+1%	177,320	177,320	-	-
ETTJ	-1%	(654,988)	(654,988)	(99.717)	(99.717)

A tabela apresentada acima demonstra as análises de sensibilidade calculadas pela Companhia para as principais premissas utilizadas nos cálculos atuariais dos passivos de contratos de seguro. A coluna 'sensibilidade' indica um índice de mudança razoavelmente esperada pela Administração para as premissas selecionadas. As análises de sensibilidade apresentadas pela Companhia foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre as premissas em um cenário e condições usuais de mercado. Os resultados apontados por essas análises podem diferir substancialmente dos resultados reais obtidos em períodos futuros em decorrência de situações favoráveis ou adversas para a Companhia em seu curso de negócios.

d) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de perdas ocasionadas por mudanças não esperadas nos preços, indexadores, moedas, taxas e prazos de direitos e obrigações.

Para controle do risco de mercado, a Companhia utiliza o conjunto de métricas mais adequado para cada carteira, fundo ou portfólio. São definidos limites de *Tracking Error*, *Duration* e análise *ad hoc* de volatilidade dos fundos próprios e da concorrência nas carteiras de ativos vinculados à fase de acumulação dos produtos PGBL e VGBL.

Além disso, nos portfólios em que a Companhia oferece garantias de taxas de juros (rendas vitalícias e produtos tradicionais), conta com um modelo e processo estruturado de gestão de ativos e passivos (*Assets Liabilities Management* - ALM) no qual são avaliados os casamentos de indexadores, dos fluxos de caixa de curto e longo prazo, bem como simulações de reinvestimento que levam em conta variações nos cenários econômicos.

Análise de sensibilidade

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Companhia.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 *basis points* para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo em choque nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros.

São considerados somente os ativos classificados na categoria "títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "títulos disponíveis para venda", que estão marcados a mercado de acordo com as metodologias de precificação e de cálculo de risco utilizadas pela Brasilprev. Nesta análise, são considerados todos os planos ativos com exceção dos planos PGBL e VGBL em fase de acumulação.

O teste de sensibilidade realizado considera os efeitos isolados de cada fator de risco. A coluna 'sensibilidade' indica um índice de mudança considerada possível de ocorrência para as premissas selecionadas. As análises de sensibilidade apresentadas pela Companhia foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre estas premissas em um cenário e condições normais de mercado.

A tabela apresenta a mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do período e sobre o patrimônio líquido da Brasilprev:

		Impactos em 31.12.2016		Impactos em 31.12.2015	
Fatores de risco	**Sensibilidade**	**Patrimônio**	**Resultado**	**Patrimônio**	**Resultado**
Taxa de juros (*)	+ 100 bps	360	360	154	154
Taxa de juros (*)	- 100 bps	(360)	(360)	(154)	(154)
Cupom	+ 100 bps	(14.990)	(14.990)	(12.288)	(12.288)
Cupom	- 100 bps	14.990	14.990	12.288	12.288

(*) O impacto considerado para taxa de juros equivale ao efeito do ajuste na taxa em 100 Bps em 1 (um) dia de rendimento, principalmente por este efeito impactar ativos de liquidez imediata.

e) Risco operacional

O risco operacional consiste na possibilidade de perdas decorrentes de processos inadequados ou deficientes, falhas nos sistemas de tecnologia de informação, erros, fraudes, falhas nas operações, ou eventos externos que causem prejuízos às atividades normais da Companhia ou danos a seus ativos físicos.

O gerenciamento do risco operacional é efetuado por meio de levantamento junto aos gestores, considerando a percepção sobre a existência ou não de um risco e quanto este pode trazer de perdas para a Companhia. A mensuração é definida a partir do conhecimento das variáveis, impacto e frequência, associadas aos eventos de perdas identificados.

f) Risco legal

O risco legal consiste na possibilidade de perdas decorrentes da inobservância de aspectos legais que envolvam produtos, contratos firmados e obrigações regulatórias, fiscais, trabalhistas, societárias, comerciais, cíveis, penais e outras.

A Brasilprev pauta sua conduta pelo respeito aos contratos e aos direitos de seus participantes, e dispõe de norma específica de *compliance* regulatório, por meio da qual a Companhia mantém-se em conformidade com toda a legislação e regulamentação aplicáveis em todas as esferas de suas atividades.

g) Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são gerenciados e controlados.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

19 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetua operações com empresas integrantes do grupo financeiro liderado pelo Banco do Brasil S.A.

As principais operações com essas empresas compreendem a administração da carteira de aplicações financeiras, cujos valores são registrados em "Despesas administrativas-Serviços de terceiros", a intermediação na venda de seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de previdência privada, envolvendo o pagamento de comissões, corretagens, agenciamentos, incentivos a venda e remunerações por outros serviços, os quais são registrados nas rubricas "Custos de aquisição".

A Companhia também efetuou no período operações com o Principal Financial Group, as quais compreenderam pagamentos a título de licença anual de uso e manutenção de *software*, reembolsos de convenções de vendas, e licenças e manutenções de sistemas, os quais foram registrados na rubrica "Despesas administrativas".

Durante o período a Companhia remunerou seus Administradores, os quais são representados pelos Diretores Estatutários e Membros Titulares do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.

Os saldos patrimoniais e de resultados decorrentes de transações com essas empresas e com os Administradores estão demonstrados a seguir:

Partes Relacionadas	**Ativo**		**Passivo**		**Receitas/(despesas)**	
Acionistas:	**31.12.2016**	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Banco do Brasil S.A	6.679	1.970	-	-	(268.923)	(210.603)
Grupo Principal Financial	622	-	347	358	(1.244)	(289)
Ligadas:						
Administradores	-	-	2.952	790	(9.738)	(6.856)
Aliança do Brasil Seguros S.A	4	29	-	-	(43)	(44)
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	-	-	-	-	(8.915)	(7.998)
BB Corretora de Seguros e Adm. de Bens S.A.	2.456	2.456	2.488	2.784	(579.433)	(441.116)
BB-Banco de Investimentos S.A	-	-	8.826	7.669	(96.445)	(84.046)
BBTUR Viagens e Turismo Ltda.	-	-	-	-	(188)	(434)
Brasilveículos Companhia de Seguros	3	5	-	-	(9)	(23)
Cobra Tecnologia S.A	-	-	-	-	(503)	(499)
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços	-	-	-	-	(395)	(361)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	-	-	-	-	-	(25)

20 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia é instituidora do Plano de Aposentadoria "Nosso Brasilprev", que concede complemento de aposentadoria para seus funcionários e diretores. As contribuições no período foram de R$ 2.933 (R$ 2.067 em 2015).

Os benefícios para aposentadoria estão estruturados na modalidade de contribuição definida, e os benefícios de pensão e invalidez no regime financeiro de repartição de capitais de cobertura.

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

21 OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Os créditos tributários classificados no ativo circulante referem-se principalmente a PIS e COFINS retido na fonte a restituir, e os créditos tributários e previdenciários classificados no ativo não circulante referem-se a ajustes temporais de imposto de renda calculado à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20% sobre as adições temporárias no cálculo dos tributos, cuja expectativa de realização é de até dezembro de 2018 e contribuição social à alíquota de 15% sobre as adições temporárias no cálculo dos tributos, cuja expectativa de realização é posterior a dezembro de 2018.

b) A provisão para tributos diferidos no passivo não circulante refere-se aos tributos incidentes sobre ajuste a valor justo com títulos classificados na categoria "disponível para venda", calculados às alíquotas de 25% para imposto de renda e 15% para contribuição social.

c) Principais produtos atualmente comercializados

A comercialização vigente de produtos de vida com cobertura por sobrevivência (VGBL) e previdência complementar (PGBL) é efetuada principalmente com a tábua de sobrevivência denominada Experiência do Mercado Segurados Brasileiro (BR-EMS), com 0% de garantia de juros na fase de concessão de benefício, atualização anual do benefício pelo IPCA e taxa de carregamento que varia de 0% a 5% sobre as contribuições e aportes ao plano.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2017

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora - CRC RJ-079849/O-3

Continua...

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 23 de fevereiro de 2017 às 01:47:27.

Continuação... **BRASILPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.** www.brasilprev.com.br

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.
CNPJ: 27.655.207/0001-31

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da BRASILPREV Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2016, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelo s demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de janeiro de 2017

EY Serviços Atuariais SS
CNPJ 03.801.998/0001-11
CIBA 57

Ricardo Pacheco
MIBA 2.679

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria da Brasilprev Seguros e Previdência S.A., órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações financeiras e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias interna e externa.

Principais atividades

O Comitê realizou, durante o ano de 2016, em cumprimento ao seu Plano de Trabalho, reuniões com os Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia, bem como reuniões regulares com a participação do Diretor-Presidente, da Auditoria Interna, do Auditor Externo e de executivos das principais áreas de negócios, controles internos, gestão de riscos, contabilidade, ouvidoria, operações, dentre outras. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Monitorou o ambiente regulatório e o nível de conformidade da Companhia e manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e externa, oportunidades em que apreciou os planejamentos, avaliou os trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações. Revisou o Relatório da Administração, as demonstrações financeiras, bem como o Relatório dos Auditores Externos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

a. o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios da Companhia e objeto de permanente atenção por parte da Administração;
b. a Auditoria Interna é efetiva, independente, e responde adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração;
c. não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independência e a efetividade dos Auditores Externos;
d. as demonstrações financeiras relativas ao segundo semestre de 2016 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2017

Paulo Hirai
Coordenador

Antonio Martiningo Filho
Membro

Gustavo de Faria Barros
Membro

Ademilson José da Silva
Secretário

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Brasilprev Seguros e Previdência S.A., reunidos nesta data, depois de examinarem as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício de 2016, encerrado em 31 de dezembro de 2016, complementado pelo Parecer sem ressalvas dos Auditores Externos, KPMG Auditores Independentes e EY Serviços Atuariais, datado de fevereiro de 2017, bem como aprovado pela Administração da Companhia (Diretoria e Conselho de Administração), manifestaram-se pela aprovação dos referidos documentos.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2017

Clenio Severio Teribele - Presidente do Conselho Fiscal
Alejandro Antonio Arellano Guzman - Conselheiro Titular
Marta Viegas Rocha - Conselheira Titular

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho de Administração
Luis Eduardo Valdés Illanes

Membros do Conselho de Administração
Deanna D. Strable
Geraldo Afonso Dezena da Silva
Marcelo Abi-Ramia Caetano
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Paulo Rogério Caffarelli
Roberto Andrés Walker Hitschfeld
Timothy Mark Dunbar

Atuária - Celina da Costa Silva - MIBA nº 622

DIRETORIA

Diretores
Paulo Fontoura Valle
Carlos Manuel de Oliveira Madureira
Ilton Luis Schwaab
Leonardo Giuberti Mattedi
Nelson Ignacio Katz
Roger Joaquín Rendón Garza

Contador - Neilton Pereira dos Santos - CRC - 1SP223651/O-2

S/A Stéfani Comercial

CNPJ nº 50.377.142/0001-40

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: em cumprimento às disposições legais/estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31/12/2016. Agradecemos aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela confiança depositada, e, em especial, a nossos colaboradores pelo comprometimento, dedicação e empenho. Permanecemos ao dispor para informações necessárias ao perfeito conhecimento das contas apresentadas.

Jaboticabal, 20 de fevereiro de 2017

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

Ativo	2016	2015	Passivo	2016	2015
Circulante - Total	**42.514**	**32.352**	**Circulante - Total**	**39.714**	**32.360**
Caixa e Equivalentes de Caixa	941	741	Fornecedores	17.645	12.016
Contas a Receber	14.530	12.721	Empréstimo/financiamento	12.873	8.188
Estoques	16.296	9.633	Obrigações Sociais e Fiscais	1.805	1.800
Fundo para Reposição de Mercadorias	7.270	6.676	Outras Obrigações	650	457
Outros Créditos	3.443	2.495	Débitos Empresas Coligadas/Controladas	6.741	9.899
Despesas do Exercício Seguinte	34	86	**Patrimônio Líquido - Total**	**15.100**	**12.958**
Não Circulante - Total	**12.300**	**12.966**	Capital Social	11.862	11.862
Investimentos	7.230	7.887	Reserva Legal	-	1.284
Imobilizado	5.070	5.079	Reservas de Lucros	3.238	-188
Total do Ativo	**54.814**	**45.318**	**Total do Passivo**	**54.814**	**45.318**

Demonstração Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2016 e 2015

(Em milhares de reais)	Capital Social	Reserva Legal/Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2015	**11.862**	**1.096**	**-**	**12.958**
Reserva Aumento Capital Social	-	3.523	-	3.523
Resultado do Exercício	-	-	-1.381	-1.381
Saldo em 31/12/2016	**11.862**	**4.619**	**-4.381**	**15.100**

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2016 e 2015

(Em milhares de reais)	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	-1.381	-5.425
Ajustes: Depreciações e amortizações	361	552
Residual de baixas do imobilizado	43	80
Equivalência Patrimonial em Controladas	-1.172	-204
Recebimentos de Lucros	2.341	270
Variações - ativos e passivos: Aumento/redução clientes	-1.809	11
Aumento/redução nos estoques	-6.663	4.131
Aumento/redução em outros ativos de curto prazo	-1.489	139
Aumento/redução em fornecedores	5.629	-3.347
Aumento/redução em salários, obrigações sociais/fiscais	5	-303
Aumento/redução em outras obrigações	-2.965	2.256
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**-7.100**	**-1.840**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisições do imobilizado/Intangível	-395	-114
Aquisição/Baixa em Investimentos/Intangível	-513	-
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimento	**-908**	**-114**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Pagamentos/recebimentos de empréstimos/financiamentos	4.685	414
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.523	1.358
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamento	**8.208**	**1.772**
Aumento/redução das disponibilidades		
Variação das disponibilidades		
Caixa e equivalentes no fim do exercício	941	741
Caixa e equivalentes no início do exercício	741	923
Aumento/redução das disponibilidades	**200**	**-182**

Demonstração dos Resultados dos Exercícios Findos em 31/12/2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015
Receitas Brutas de Vendas e Serviços	**103.191**	**89.956**
Deduções, Impostos e Devoluções	-13.861	-9.388
Receitas Líquidas de Vendas e Serviços	89.330	80.568
Custos das Mercadorias Vendidas/Serviços Prestados	-74.722	-67.690
Lucro Bruto	14.608	12.878
Receitas (Despesas) Operacionais: Despesas Vendas	-14.766	-16.054
Despesas Administrativas	-1.988	-2.859
Receitas/Despesas Financeiras	-3.025	-2.330
Equivalência Patrimonial em Controlada	1.172	204
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	1.782	2.340
Lucro Operacional	-2.217	-5.821
Outras Receitas (Despesas)	836	396
Lucro antes da C.S.L.L. / I.R.P.J.	-1.381	-5.425
Lucro do Exercício	**-1.381**	**-5.425**
Lucro do Exercício por Ação R$	-138,12	-542,50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis: **1.a)** As Demonstrações financeiras estão elaboradas apresentadas com observância da Lei das Sociedades por Ações e alterações introduzidas pela Lei 11638/07. **b)** O investimento em empresa controlada está registrada pelo método da equivalência patrimonial. **c)** Os estoques estão valorizados ao custo médio de aquisição. **d)** O imobilizado está registrado ao custo corrigido até 31/12/1995, e custo de aquisição a partir de Janeiro/1996. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram vida útil dos bens. **2. Capital Social:** O Capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 10.000 ações ordinárias sem valor nominal e nominativas.

Diretoria: Marcos Francisco De La Cruz Costa; Marcos De Stéfani; João Umberto Lorenzon - Contador CRC-1SP116746/O-5 - CPF 862.203.148-91

Matrix Services Consultoria e Gestão em Energia Ltda.

CNPJ/MF nº 19.893.571/0001-20

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 *(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto lucro (prejuízo) do período)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	2016	2015
Circulante	**562**	**134**	**Circulante**	**461**	**3**
Caixa e equivalentes de caixa	517	129	Fornecedores	1	–
Consumidores, concessionárias e permissionárias	45	5	Obrigações tributárias	29	3
Não circulante	**–**	**–**	Outras Obrigações	2	–
Total do ativo	**562**	**134**	Dividendos Propostos	429	–
			Patrimônio líquido	**100**	**131**
			Capital social	100	100
			Reserva de Lucros	(698)	(77)
			Resultado do Exercicio	698	108
			Total do passivo e patrimônio líquido	**562**	**134**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	social	Capital acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**100**	**23**	**123**
Integralização de Capital Social	–	–	–
Dividendos distribuidos	–	(100)	**(100)**
Lucro do exercício	–	108	**108**
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**100**	**31**	**131**
Integralização de Capital Social			
Dividendos distribuidos	–	(729)	(300)
Lucro do exercício	–	698	698
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**100**	**–**	**100**

A Diretoria
Fábio Comitre – Contador CRC 1SP 308.888/O-1

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	778	121
	778	**121**
Variação no capital circulante		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(40)	(2)
Fornecedores	1	–
Obrigações tributárias	26	(2)
Outras obrigações	2	(3)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	**767**	**114**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(80)	(13)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**688**	**101**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(300)	(100)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	**(300)**	**(100)**
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	**388**	**1**
No início do exercício	129	128
No final do exercício	517	129
	388	**1**

Demonstrações do Resultado

	2016	2015
Receita operacional líquida	754	113
Lucro bruto	**754**	**113**
Receitas/(despesas) operacionais		
Gerais, comerciais e administrativas	(9)	(7)
Resultado financeiro, líquido	33	16
Resultado antes do IRPJ e Contribuição Social	**778**	**121**
Corrente	(80)	(13)
Lucro líquido do exercício	**698**	**108**
Quantidade de ações	100	100
Lucro/(prejuízo) líquido por ação – R$	**6,9850**	**1,0791**

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição na sede da Companhia.

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo — documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 23 de fevereiro de 2017 às 01:47:27.